

BOAS PRÁTICAS QUE

TRANSFORMAM A SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA



BOAS PRÁTICAS QUE

TRANSFORMAM A SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Boas práticas que transformam a segurança pública
brasileira [livro eletrônico] / coordenação
Dayane Reis, Leandro da Rocha Marques.
-- São Paulo : COMUNITAS, 2025.

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-89303-11-8

1. Defesa civil 2. Mortes violentas 3. Segurança
pública - Brasil 4. Violência - Aspectos sociais -
Brasil I. Reis, Dayane. II. Marques, Leandro da
Rocha.

25-301140.0

CDD-363.109

Índices para catálogo sistemático:

1. Segurança pública : Problemas sociais 363.109

Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314



EXPEDIENTE

Regina Esteves

Presidente

COORDENAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Dayane Reis

Diretora de Comunicação, Conhecimento e Inovação

Leandro da Rocha Marques

Coordenador de Projetos

PESQUISA, CONTEÚDO E REDAÇÃO

Muriel Akkerman Aronis

Pesquisadora

Paula Pagliari de Braud

Pesquisadora

REVISÃO

Dayane Reis

Diretora de Comunicação, Conhecimento e Inovação

Leandro da Rocha Marques

Coordenador de Projetos

Caroline Bondim Cotta

Coordenadora de Inovação

Isabela Araújo

Coordenadora de Comunicação

Beatriz Raponi Vence Rey

Analista de Inovação

Dimitri Arantes

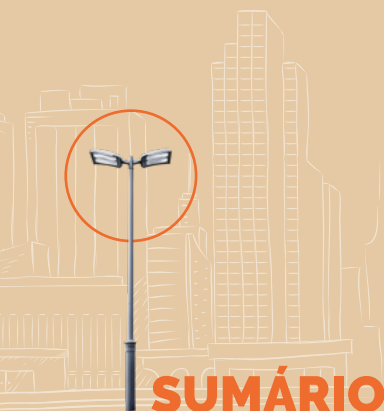
Revisor

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Silvia Marchetti

IMAGENS

Freepik e AdobeStock



SUMÁRIO

Expediente	3
Lista de Siglas	6
Sobre a Comunitas	8
Boas-vindas, por Regina Esteves	10

PARTE.01

Sobre a publicação **12**

Metodologia da pesquisa	18
-------------------------	----

PARTE.02

Práticas em Destaque **24**

Alagoas - Mesa de Situação	25
Ceará - Ceará Contra o Crime	29
Distrito Federal - Programa DF Mais Seguro — Segurança Integral (DFMS)	34
Espírito Santo - Estado Presente em Defesa da Vida	39
Minas Gerais - Programa Fica Vivo	46
Maranhão - Pacto Pela Paz	50
Mato Grosso do Sul - Contrato de Gestão	54
Paraíba - Paraíba Unida pela Paz	58



Piauí - Projeto Recuperação de Celulares	64
Pernambuco - Pacto pela Vida (PPV)/Juntos pela Segurança	69
Rio Grande do Sul - RS Seguro	79
Caruaru - Observatório de Segurança e Prevenção de Caruaru	88
Niterói - Pacto Niterói Contra a Violência	93
Rio de Janeiro - CIVITAS	97
Pelotas - Pacto Pelotas pela Paz	100

PARTE.03

Práticas Inspiradoras 105

Ceará - Comando de Prevenção e Apoio às Comunidades (COPAC)	106
Mato Grosso do Sul - PROMUSE Programa Mulher Segura	108
Minas Gerais - IGESP – Integração e Gestão de Segurança Pública	110
Pará - Territórios Pela Paz – TerPaz	112
Piauí - BO Fácil	114
São Paulo - Processos de Desmanche	116
Niterói - Cercamento Eletrônico Inteligente	118

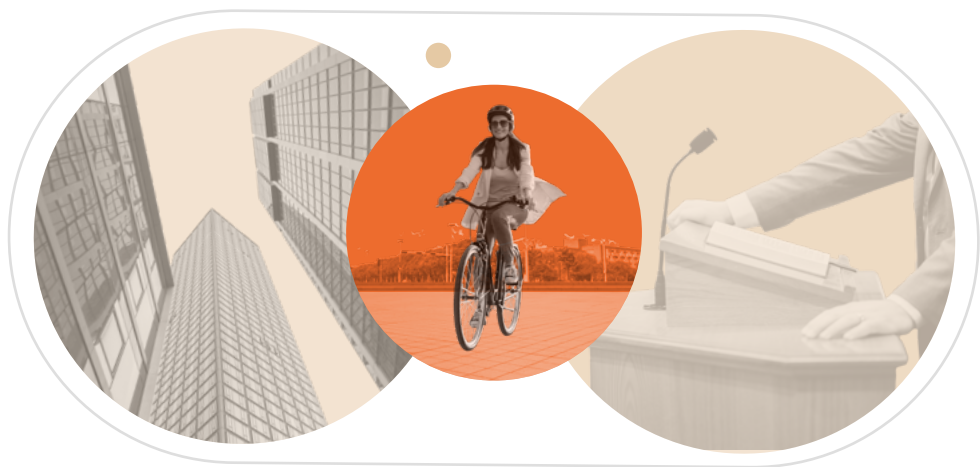
Agradecimentos 120

Referências bibliográficas 121

LISTA DE SIGLAS

[Acadepol]	Academia de Polícia Civil
[ALT]	Acidentes Letais de Trânsito
[AIS]	Áreas Integradas de Segurança
[AISP]	Áreas Integradas de Segurança Pública
[BID]	Banco Interamericano de Desenvolvimento
[CCP]	Crimes Contra o Patrimônio
[CIP]	Companhia Independente de Policiamento
[CNJ]	Conselho Nacional de Justiça
[CPLI]	Crimes Patrimoniais e Letais Intencionais
[CRAS]	Centro de Referência de Assistência Social
[CREAS]	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
[CRISP]	Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
[CVLI]	Crimes Violentos Letais Intencionais
[CVP]	Crimes Violentos contra o Patrimônio
[DEAME]	Delegacia de Armamentos, Munições e Explosivos
[DETRAN]	Departamento Estadual de Trânsito
[DHPP]	Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa
[DOF]	Departamento de Operações de Fronteira
[DOL]	Delegacia On-line
[DRACO]	Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas
[ECA]	Estatuto da Criança e do Adolescente
[ELIP]	Estratégia Local de Intervenção Policial
[ENAP]	Escola Nacional de Administração Pública
[FBSP]	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
[GEPAR]	Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco
[GGI]	Gabinete de Gestão Integrada
[GGIM]	Gabinete de Gestão Integrada Municipal
[GGISP]	Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública
[GIE]	Grupo de Intervenção Estratégica
[GPPV]	Gratificação Pacto pela Vida
[GUO]	Grupos de Unidades Operacionais
[IBGE]	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
[IMEI]	International Mobile Equipment Identity
[IMESC]	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
[IPEA]	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
[ISP]	Instituto de Segurança Pública

[MISP] Metas Integradas de Segurança Pública
[MVI] Mortes Violentas Intencionais
[NACE] Núcleo de Análise Criminal e Estatística
[NGR] Núcleo de Gestão por Resultados
[NUIAM] Núcleo de Integração e Apoio à Mulher
[ODS] Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
[ONU] Organização das Nações Unidas
[OPV] Observatório de Prevenção da Violência
[PDS] Prêmio de Defesa Social
[PEGDF] Plano Estratégico do Distrito Federal
[PNSP] Plano Nacional de Segurança Pública
[PNSPDS] Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
[PNUD] Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
[PPA] Plano Plurianual
[PPF] Programa de Pacificação de Favelas
[PPP] Parceria Público-Privada
[PRSP] Programa de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional
[PSC] Programa de Segurança Comunitária
[RISP] Região Integrada de Segurança Pública
[SASE] Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social
[SEAPE] Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
[SECOP] Secretaria de Ordem Pública
[SEDH] Secretaria de Estado de Direitos Humanos
[SEDIHPOP] Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular
[SEDS] Secretaria de Estado da Defesa Social
[SEGEM] Secretaria de Gestão em Segurança
[SEGOV] Secretaria de Governo
[SEJUSP] Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
[SEPLAG] Secretaria de Planejamento e Gestão
[SESDS] Secretaria de Defesa Social
[SESM] Secretaria de Estado das Mulheres
[SESP] Secretaria de Estado da Segurança Pública
[SIMEP] Sistema de Monitoramento do Programa Estado Presente
[SIVA] Sistema de Identificação Veicular Automatizado
[SOI] Superintendência de Operações Integradas
[SSP] Secretaria de Segurança Pública
[SSPDS] Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
[SUSP] Sistema Único de Segurança Pública
[TGS] Território de Gestão em Segurança
[TJ] Tribunal de Justiça
[UECAD] Unidade de Estatística e Análise Criminal de Dados



SOBRE A COMUNITAS

A Comunitas é uma organização que nasceu com um objetivo claro: unir forças entre empresas e governos para melhorar os serviços públicos e, assim, transformar a vida das pessoas.

Acreditamos que o impacto social só acontece quando diferentes setores trabalham juntos. Por isso, nossas ações vão desde o apoio direto a iniciativas e a produção de conhecimento até a criação de conexões e o fortalecimento de lideranças que fazem a diferença no dia a dia da gestão pública.

Trabalhamos em três grandes frentes:

01

Modelagem de políticas públicas inovadoras

Apoiamos municípios, estados e o governo federal na criação e implementação de soluções que podem ser ampliadas e adaptadas em diferentes realidades, sempre com foco em resultados concretos e duradouros.

02

Fortalecimento de lideranças públicas

Gestores preparados transformam governos. Por meio da Rede Juntos, maior comunidade de gestores do país, e de formações em universidades de excelência, capacitamos lideranças a enfrentar desafios complexos, inovar e trocar experiências que podem ser replicadas em todo o Brasil.

03

Investimento Social Corporativo (ISC)

Ajudamos empresas a potencializar seus investimentos sociais por meio do BISC, pesquisa pioneira que reúne dados, práticas e tendências. Mais do que números, o BISC cria uma rede de colaboração entre executivos, institutos e fundações, fortalecendo a responsabilidade social e conectando o Brasil às principais discussões internacionais.

Com essa rede de parcerias, a Comunitas busca transformar boas ideias em práticas reais, gerando impacto positivo, duradouro e compartilhado com toda a sociedade.



BOAS-VINDAS, POR REGINA ESTEVES

A efetividade das políticas de segurança pública no Brasil depende cada vez mais da capacidade de integrar gestão eficiente, planejamento estratégico e atuação multissetorial. Diante disso, é com grande satisfação que apresentamos a nova publicação da Comunitas, "Boas Práticas que Transformam a Segurança Pública Brasileira".

Este material reúne experiências exitosas de governos subnacionais em todas as regiões do país, com foco em gestão orientada por resultados, uso de tecnologias sociotécnicas e integração interinstitucional. Para análise, selecionamos práticas em 17 territórios considerando critérios de inovação institucional, sustentabilidade, efetividade mensurável e potencial de replicabilidade, previamente validados por especialistas da área.

Nosso objetivo é subsidiar gestores públicos em todo o país, oferecendo evidências concretas que possam orientar políticas estratégicas, integradas e eficazes, capazes de reduzir a criminalidade e promover transformações sustentáveis na segurança pública. Ao documentar essas experiências, buscamos demonstrar que é possível conciliar ações

repressivas e preventivas, combinando inteligência, planejamento territorial, monitoramento contínuo e participação social.

Acreditamos que a disseminação de experiências bem-sucedidas é um passo essencial para fortalecer a segurança pública no país, tornando-a mais transparente, baseada em evidências e orientada a resultados. Este relatório reúne estratégias replicáveis e lições aprendidas que podem inspirar novas iniciativas e apoiar a construção de políticas públicas mais inovadoras e eficazes.

Convidamos você a explorar a publicação e a utilizá-la como uma ferramenta prática para fortalecer o planejamento e a execução de políticas de segurança em seu território, promovendo uma redução sustentada da violência e impactos positivos para a sociedade.

Boa leitura!

Regina Esteves, *Presidente da Comunitas*





PARTE 1

Sobre a publicação

Esta publicação tem como objetivo dar visibilidade às boas práticas de segurança pública para inspirar gestores e lideranças da área na formulação de políticas eficientes com o objetivo de replicar tais ações. Embora o levantamento tenha abrangência nacional, foram selecionados 22 projetos para análise de experiências, a partir de critérios como a inovação institucional, a sustentabilidade da ação, o nível de integração interinstitucional e o potencial de replicabilidade das práticas.

O material apresenta quatro partes principais: além da introdução, temos a seção metodológica, que descreve os critérios e eixos de seleção e os processos de coleta e validação das informações; na sequência, a apresentação das boas práticas selecionadas em nível estadual e municipal; e, por fim, a seção "Práticas Inspiradoras", dedicada a iniciativas promissoras que ainda não contam com dados consolidados de impacto, mas que se destacam por sua abordagem inovadora ou pelo potencial de expansão. Embora o foco desta publicação esteja na análise de programas implementados na esfera estadual, incluímos também alguns destaques de iniciativas municipais, considerando a importância de estratégias de coordenação federativa e do potencial de escalonamento de programas que se iniciam em nível local e posteriormente são adotados pelos estados.

As boas práticas aqui apresentadas dialogam com efeitos mensuráveis na redução da violência e da criminalidade no país. Com relação à violência letal, segundo os dados mais recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025), a taxa nacional de Mortes Violentas Intencionais (MVI) apresentou queda quase contínua a partir de 2018, com redução acumulada de 25% entre 2012 e 2024. A tendência de declínio é observada em todas as regiões do país, sendo especialmente expressiva em estados que implementaram programas estruturados e baseados em evidências, como Espírito Santo, Paraíba, Rio Grande do Sul, Pará, Piauí, entre outros.

Nesta publicação, os estados com experiências aprofundadas são: Ceará (CE), Pernambuco (PE), Espírito Santo (ES), Rio Grande do Sul (RS), Piauí (PI), Minas Gerais (MG), Alagoas (AL), Distrito Federal (DF), São Paulo

(SP), Maranhão (MA), Mato Grosso do Sul (MS) e Paraíba (PB). As práticas documentadas refletem diferentes estratégias adotadas pela gestão pública frente ao desafio da segurança. Apesar da atuação persistente de organizações criminosas, especialmente no Norte e Nordeste, alguns estados têm reduzido sistematicamente os homicídios desde 2016. O conjunto de programas analisados contempla iniciativas das cinco regiões do país — Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul — evidenciando a amplitude geográfica e a variedade de contextos socioeconômicos e de segurança pública considerados no estudo.

O levantamento identificou programas de segurança pública que incorporam tecnologias inovadoras, como o Recuperação de Celulares (PI), o CIVITAS (RJ). Alguns projetos já foram implementados há alguns anos e foram adaptados para diferentes contextos locais, como o caso do Pacto pela Vida (PE), que inspirou iniciativas em outros estados. Há programas que preveem a intersetorialidade, articulando segurança pública com outras políticas, como o Estado Presente em Defesa da Vida (ES) e o RS Seguro (RS). Outros se destacam pela adoção de metodologias de gestão por resultados, como a Mesa de Situação (AL), que orienta ações com base em indicadores, e abordagens territoriais específicas, como o Ceará Contra o Crime (CE). A maior parte das experiências mapeadas possui gestão orientada a metas, entre elas: Em Ceará Contra o Crime (CE), Pacto pela Vida/Juntos pela Segurança (PE), Estado Presente em Defesa da Vida (ES), RS Seguro (RS), Programa Fica Vivo (MG), Mesa de Situação (AL), DF+Seguro (DF), Pacto pela Paz (MA), Contrato de Gestão (MS) e Paraíba Unida pela Paz (PB).

Como indicado, a redução dos índices de violência se deve em grande parte pela implementação de programas baseados em evidências, combinando inteligência policial, integração interinstitucional e monitoramento contínuo. Os programas aqui selecionados não se limitam à repressão ostensiva; antes integram ações multissetoriais e ações de prevenção à violência, abrindo espaço para o que a literatura tem chamado de "revolução invisível": transformações silenciosas, pautadas em evidências, que

promovam quedas sustentadas na violência letal. Entre os fatores explicativos, destacam-se a mudança no perfil demográfico da população jovem, políticas de controle de armas e, principalmente, a adoção de programas de segurança pública qualificados, multissetoriais, territorializados e orientados por resultados.

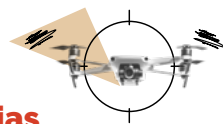
Os programas de gestão por resultados começaram a ser adotados no país no início dos anos 2000, sendo identificados padrões semelhantes entre uma dezena de programas mapeados entre 2003 e 2023. Essas reformas estruturaram áreas territoriais integradas, que unificaram a responsabilidade da Polícia Militar e da Polícia Civil na redução da criminalidade. Além disso, a gestão passou a se basear em dados granulares de alta qualidade, permitindo o direcionamento rápido e eficiente de recursos para os chamados "*hotspots*" — áreas prioritárias de alta criminalidade. A introdução de rotinas permanentes de monitoramento e avaliação, aliada a incentivos de desempenho, promoveu uma cultura organizacional de colaboração, transparência e responsabilidade compartilhada. Além disso, observa-se que, no contexto brasileiro, a adoção da gestão por resultados na segurança pública ainda exige o aprimoramento dos setores de análise criminal, já consolidados internacionalmente como necessários para o sustento de diagnósticos precisos, intervenções focalizadas e avaliações contínuas.

Essa nova lógica resultou na redução sistemática dos índices de homicídios, especialmente nas cidades com níveis iniciais mais elevados de violência, sendo que os efeitos foram mais expressivos entre populações vulnerabilizadas historicamente (Parfitt *et al.*). Além disso, observa-se que, no contexto brasileiro, a adoção da gestão por resultados na segurança pública ainda exige o aprimoramento dos setores de análise criminal — já consolidados e de forte presença em experiências internacionais.

Tais experiências materializam a tentativa de conciliar o paradigma da segregação punitiva com o das parcerias preventivas, promovendo a complementaridade entre ações coercitivas e preventivas no enfrentamento à violência. Nesse sentido, reconhece-se que a violência é multifacetada, e

que sua prevenção exige a articulação intersetorial de políticas sociais. As ações repressivas e preventivas devem ser implementadas como estratégias complementares dentro de um mesmo contínuo de enfrentamento à violência.

Outro vetor importante das experiências mapeadas é o uso de tecnologias sociotécnicas no desenho e na implementação das ações de segurança pública. Ferramentas como sistemas de vigilância inteligente, reconhecimento facial e tecnologias de mapeamento têm sido incorporadas às políticas com o objetivo de ampliar a capacidade analítica das forças de segurança e, ao mesmo tempo, promover maior eficiência nas ações. Tal movimento, contudo, tem impulsionado discussões éticas, políticas e científicas sobre os limites e potencialidades da vigilância algorítmica e da inteligência artificial no campo da segurança pública (Biondi, 2024). Ainda que essas ferramentas representem avanços em termos de eficiência, seu uso demanda transparência, governança adequada e constante avaliação quanto ao respeito aos direitos fundamentais.



Tecnologias sociotécnicas:

Na segurança pública, verifica-se a crescente adoção de ferramentas sociotécnicas que combinam inovações tecnológicas como inteligência artificial (IA), reconhecimento facial e drones com fatores sociais e institucionais, visando a prevenção e a redução da violência. Segundo estudo realizado pela FGV (2023), **drones foram integrados em 63% das forças de segurança**, seguidos por câmeras de leitura automática de placas (OCR), presentes em 44% das corporações. Já, o reconhecimento facial aparece em 33% das polícias, enquanto as câmeras corporais em 22% dos policiais. Já o policiamento preditivo, é adotado em 7% dos estados brasileiros. Neste estudo, sendo o uso de tecnologias um dos critérios de seleção de casos, serão analisados alguns casos em que as empregam.

Desde a institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), com a Lei nº 13.675/2018, observa-se um movimento do Governo Federal no sentido de padronizar indicadores e integrar ações entre esferas e instituições subnacionais. Ainda que os desafios persistam, especialmente no que se refere à articulação entre os subsistemas policial, judicial e prisional (Nóbrega, 2008), algumas Unidades Federativas têm se destacado na implementação de políticas públicas pautadas por planejamento, avaliação, governança e participação social.

Apesar dos avanços, o cenário orçamentário ainda revela a desproporção na preferência da repressão em detrimento de outras políticas públicas. Em 2023, os gastos com segurança pública superaram os destinados a políticas sociais, como assistência social, habitação, cultura, meio ambiente e cidadania, em quase todas as UFs. Esse padrão de investimento evidencia a prevalência de uma lógica centrada na repressão, ainda que se reconheça a necessidade de políticas integradas, que combinem prevenção e controle social. Importante também é destacar a baixa participação de políticas voltadas para o sistema prisional e para os egressos, especialmente com foco em educação e trabalho, a fim de reduzir as altas taxas de reincidência criminal.

Ao dar visibilidade a essas experiências, o presente relatório integra um esforço da Comunidade em contribuir para o fortalecimento institucional dos governos subnacionais, divulgando aprendizados e modelos eficazes, inovadores e replicáveis. Espera-se que a sistematização aqui apresentada não apenas inspire novas iniciativas, como também amplie o repertório técnico e político daqueles que atuam na formulação, gestão e avaliação de políticas públicas no campo da segurança no Brasil.



1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

A elaboração desta publicação foi feita a partir de metodologia qualitativa acerca de políticas públicas em segurança pública implementadas no Brasil. Buscou-se incluir projetos estratégicos e territorialmente diversos que apresentaram resultados positivos. Dessa forma, os projetos selecionados foram analisados levando em conta não apenas aquilo que planejaram, como também suas formas de implementação, estratégias de correção e resultados colhidos em curto e médio prazo.

CrITÉRIOS de seleção dos projetos

Para selecionar os projetos desta publicação, a Comunítas adota critérios abrangentes e alinhados ao conceito de iniciativas que buscamos valorizar e difundir. São eles: **Replicabilidade, Inovação, Impacto e Resultados e Accountability**.

Replicabilidade: a Comunítas prioriza projetos que possam servir de referência e ser adaptados a diferentes contextos e territórios. A proposta é que boas práticas não fiquem restritas a um único local, mas inspirem soluções em outras regiões do país.

Inovação: são valorizadas iniciativas que introduzem novas práticas, metodologias ou arranjos institucionais. A inovação não se limita ao uso de tecnologias inéditas, mas também envolve formas criativas de articulação entre atores, uso de dados para orientar decisões, modelos de governança mais eficientes e estratégias de prevenção.

Impacto e Resultados: a seleção privilegia projetos que já apresentam evidências concretas de mudança, especialmente na redução da violência e da criminalidade. A produção de dados e indicadores é entendida como elemento essencial para dar transparência, orientar decisões e garantir eficiência no uso dos recursos públicos.

Accountability: a Comunitas dá destaque a iniciativas que fortalecem a prestação de contas à sociedade. Isso inclui projetos que criaram ou aprimoraram órgãos de produção de dados, estabeleceram metodologias de monitoramento ou desenvolveram mecanismos que permitem avaliar e aperfeiçoar continuamente os serviços públicos.

Além desses critérios, também é considerado o contexto territorial. Como a agenda de segurança pública é de competência dos estados, foram priorizados projetos de iniciativa estadual, contemplando diferentes regiões do Brasil. Ao mesmo tempo, a seleção trouxe iniciativas municipais que se destacam pela relevância e consolidação de resultados, reforçando a importância da atuação local. Houve ainda o cuidado de garantir a representatividade de diferentes regiões do país, ampliando a diversidade de experiências apresentadas.



Revisão bibliográfica e análise documental

Uma vez selecionados, os projetos foram divididos em dois grupos. O primeiro deles contou com projetos mais amplos, que envolviam ações definidas para setores públicos diversos, com especificidades de coordenação entre os órgãos públicos, discriminação pormenorizada das estratégias e apresentação de resultados positivos. Foram também considerados no primeiro grupo projetos que, apesar de terem focos específicos, apresentaram resultados positivos em curto espaço de tempo, gerando debate e servindo de modelo para outras políticas públicas, como o projeto de Recuperação de Celulares do Piauí ou o Programa Fica Vivo em Minas Gerais. Para tanto, realizaram-se dois levantamentos: (i) o primeiro de revisão bibliográfica, a partir de consulta nos principais repositórios e periódicos do país, a fim de compreender como os projetos têm sido analisados e quais os resultados apresentados em diversas pesquisas conduzidas pelos principais especialistas em segurança pública do Brasil; e (ii) análise documental, em que foram consultados documentos, leis, decretos e relatórios produzidos pelos órgãos públicos responsáveis e por organizações da sociedade civil. Para cada um desses programas, foram produzidos relatos descritivos mais aprofundados e analíticos.

O segundo grupo contou com projetos que possuíam foco específico de atuação ou que não apresentaram resultados consideráveis até o momento. Para este grupo, produzimos relatos mais curtos em formato de ficha técnica a partir de levantamento e análise de documentos públicos, pois entendemos serem iniciativas importantes, ainda que menos abrangentes, ou que podem vir a apresentar relevância nos debates em segurança pública ao longo dos próximos anos.

Colaboração da rede

Esta publicação contou ainda com o olhar técnico e a colaboração de nossa rede de especialistas, que apoiou a identificação de casos relevantes, a validação de conceitos e a definição de atividades importantes a serem destacadas.



Foram feitas entrevistas com:

- **Davi Carreiro**, Chefe-executivo do CIVITAS (RJ)
- **Anchieta Nery**, Diretor de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Piauí
- **Antonio Padilha**, Diretor Executivo do RS Seguro
- **Alessandro Carvalho**, Secretário Estadual de Defesa Social do Governo de Pernambuco
- **Antonio Roberto Cesário de Sá**, Secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará

E também com a colaboração de especialistas como:

- **Leandro Piquet**, Professor do Instituto de Relações Internacionais da USP e pesquisador do NUPPs
- **Alberto Kopittke**, Diretor-executivo do Instituto Cidade Segura
- **Carolina Ricardo**, Diretora-executiva do Instituto Sou da Paz

Características centrais

Ao selecionar e analisar os projetos, a Comunitas definiu um conjunto de características centrais que ajudam a compreender como cada iniciativa atua no campo da segurança pública. Esses eixos permitem identificar padrões, destacar inovações e evidenciar caminhos possíveis para fortalecer políticas em diferentes contextos.

Assim, os projetos foram categorizados de acordo com sete dimensões: **intersetorialidade, foco em grupos vulneráveis, ações baseadas em evidências, tecnologia, repressão qualificada e prevenção**. Cada uma delas evidencia aspectos estratégicos que diferenciam as iniciativas e ajudam a sistematizar aprendizados para gestores públicos e sociedade civil.

Intersetorialidade

Trata-se de um eixo que leva em conta programas que procuraram trabalhar com a violência em seu aspecto multifacetado. A intersetorialidade

se define pelo diálogo e pelas ações conjuntas e complementares entre diversos setores, estabelecendo parcerias com diferentes instituições e órgãos no sentido de trabalharem juntos para o alcance dos objetivos comuns. É uma prática que busca superar o paradigma da fragmentação e da especialização.

Foco em grupos vulneráveis

São aqui considerados os programas que reconhecem a desigualdade na exposição à violência e, por isso, buscam proteger populações desproporcionalmente afetadas, isto é, historicamente mais expostas à violência (como jovens em territórios de alta vulnerabilidade, mulheres vítimas de violência, pessoas em situação de rua, entre outros).

Ações baseadas em evidências

São contemplados programas cujo desenho e implementação sejam orientados por diagnósticos, pesquisas e análises de dados criminais, e que contem com mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação.

Tecnologia

Refere-se a programas cuja implementação ou avaliação adote tecnologias voltadas para gestão, monitoramento e análise de dados, visto que ampliam a capacidade de avaliar resultados, ajustar estratégias, replicá-los e aumentar a transparência.

Repressão qualificada

São considerados os casos que priorizam a atuação policial estratégica, voltada à redução da violência letal e à desarticulação de organizações criminosas, evitando ações de repressão indiscriminada.

Prevenção

Refere-se a programas que vão além da repressão, buscando reduzir fatores de risco da violência por meio de políticas sociais, mediação de conflitos, fortalecimento de vínculos comunitários, reinserção social e oportunidades para grupos em situação de vulnerabilidade.

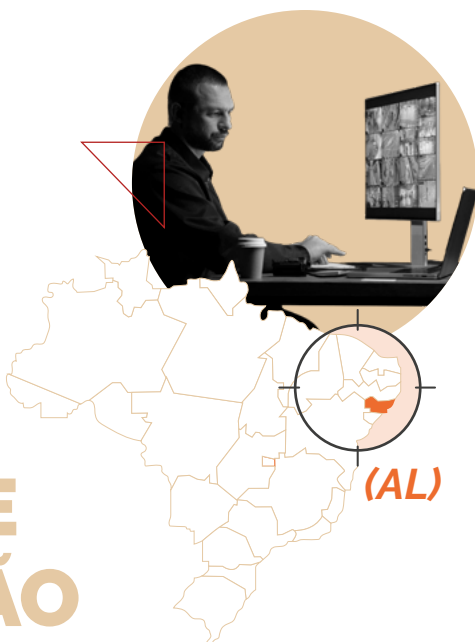


Ao final, a publicação conta com quinze análises aprofundadas de projetos inovadores em políticas de segurança pública e sete fichas técnicas de projetos que se mostraram interessantes, ainda que com objetivos pontuais e que podem vir a produzir resultados positivos nos próximos anos.



PARTE 2

Práticas em Destaque



MESA DE SITUAÇÃO

FICHA TÉCNICA

Território

Estado do Alagoas

Ano de implementação

2015

Órgãos envolvidos

Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas (SSP/AL)

Critérios de seleção

Replicabilidade

Eixos contemplados

Evidências

Repressão qualificada

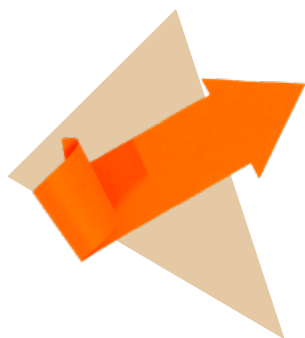
O programa Mesa de Situação é uma metodologia de gestão por resultados adotada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas (SSP/AL) desde 2015. Voltado ao **monitoramento contínuo** de indicadores de criminalidade e à **articulação institucional** entre as diferentes forças da segurança pública, o programa se consolidou como um dos pilares da Estratégia de Segurança Pública de Alagoas, lançada no mesmo ano e orientada pela lógica da gestão por resultados. A iniciativa se insere em um processo mais amplo de institucionalização de rotinas de avaliação e responsabilização do setor da segurança pública alagoana, iniciado nos anos 2000 (ISP, 2023).

A Mesa de Situação consiste em uma prática de trabalho organizacional que busca **enraizar a cultura da gestão por resultados** no estado, por meio de reuniões periódicas entre gestores responsáveis pela execução das medidas de curto e médio prazo. Essas reuniões semanais, conhecidas como "mesas", são coordenadas diretamente pelo Secretário de Segurança Pública e contam com a presença dos principais órgãos do sistema: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Científica e Grupamento Aéreo. Nesses encontros, participam também parceiros estratégicos, como a Polícia Rodoviária Federal e a Secretaria de Ressocialização, ampliando o alcance da articulação.

Os principais indicadores monitorados são: (i) Mortes Violentas Intencionais (MVI); (ii) Crimes Violentos contra o Patrimônio – Roubo de Rua (CVP-RR); (iii) Crimes Violentos contra o Patrimônio – Roubo de Veículos (CVP-RV). Entre os elementos que distinguem o programa está a incorporação de instrumentos tecnológicos aplicados à gestão da segurança. O uso de sistemas de georreferenciamento aliado a técnicas de análise estatística possibilita mapear a distribuição espacial da criminalidade, identificar tendências e padrões de ocorrência, além de orientar a alocação estratégica de recursos humanos e materiais. Essas ferramentas também contribuem para acompanhar a efetividade das ações desenvolvidas, permitindo ajustes contínuos no planejamento.

Embora não haja incentivos financeiros atrelados diretamente ao cumprimento das metas, os bons resultados alcançados pelas equipes e gestores são reconhecidos publicamente em solenidades e homenagens institucionais. Além disso, **políticas complementares de bonificação individual** são aplicadas com base em metas operacionais específicas, como apreensões de armas e drogas (ISP, 2023).

A partir de 2021, as Mesas de Situação passaram a ser realizadas também no interior do estado, em cidades como Arapiraca e Palmeiras dos Índios, fortalecendo o planejamento regionalizado e aproximando a gestão estratégica das particularidades de cada Região Integrada de Segurança Pública (RISP).



RESULTADOS

A Mesa de Situação é uma das cinco iniciativas do Estado de Alagoas do modelo de gestão em segurança pública baseada em evidências e que prioriza a tomada de decisão participativa a partir de indicadores pré-definidos e estabelecimento de metas.

Junto a uma série de políticas de segurança pública implementadas desde 2003,¹ o Estado vem apresentando resultados positivos, como a **redução anual de 14,8% nos indicadores de mortes violentas** no ano de 2021, segundo relatório do Instituto Sou da Paz (2023). O estado também ficou em **primeiro lugar no ranking de qualidade estimada dos registros estatísticos** oficiais de MVI (FBSP, 2022).

NOTAS

¹São elas, segundo Relatório do Instituto Sou da Paz (Sapori, 2023): o Plano Estadual de Segurança Pública em 2003; Conselho Estadual de Segurança Pública, órgão deliberativo colegiado, responsável pelo controle da gestão da Segurança Pública do Estado, em 2007; o "Alagoas Tem Pressa" em 2012 e o "Programa Gestão por Desempenho" em 2015.

No Anuário do FBSP, publicado em 2025, Alagoas apresenta uma **redução em números absolutos** de MVI de 2.171, em 2012, para 1.141, em 2024 (a cada 100 mil habitantes, redução da taxa de 68,9 para 35,4). Publicação oficial do Governo de Alagoas apontou ainda a redução em 31,4% nas taxas de roubos e furtos de veículos.

Apesar de entraves, um dos maiores legados do programa é a consolidação, ao longo de quase uma década, de uma cultura gerencial voltada para o monitoramento permanente de indicadores criminais e para a deliberação integrada entre diferentes instituições do sistema de segurança. Essa institucionalização fortalece a lógica da gestão por evidências, garantindo que as intervenções sejam mais consistentes e fundamentadas, e reafirma a Mesa de Situação como uma boa prática no campo da segurança pública.



PONTOS DE DESTAQUE

O programa aponta para a importância de aprimorar a **governança integrada**, a **relação** e a **comunicação** entre gestores em benefício de resultados no campo da segurança pública. É uma política preocupada em alterar a cultura da burocracia em torno da gestão por resultados. Desse modo, compreende que uma só cultura pode ser implementada através do cultivo de práticas de trabalho organizacional voltados à integração e comunicação entre os diferentes órgãos públicos responsáveis pela segurança pública.

Reuniões periódicas dos gestores de setores diversos com a participação do secretário de Segurança Pública aumentam a coordenação das ações e estratégias de redução dos índices de violência com base em evidências e favorecem o compartilhamento de experiências entre os diferentes órgãos e níveis do governo.

2

CEARÁ CONTRA O CRIME



FICHA TÉCNICA

Território

Estado do Ceará

Ano de implementação

2024

Órgãos envolvidos

Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, Polícia Militar, Polícia Civil, Perícia Forense, Corpo de Bombeiros.

Critérios de seleção

Impacto e Resultados

Eixos contemplados

Repressão qualificada

Evidências

O Programa Ceará contra o Crime, implementado em agosto de 2024, é o projeto de segurança pública mais recente do estado e herda os resultados e ganhos consolidados de programas de segurança pública baseados em evidências já bem estabelecidos no estado, como o Ceará Pacífico e o Em Defesa da Vida.

De acordo com o Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, Roberto Sá, o programa surge como uma nova iniciativa em um contexto de aumento da escalada de violência no estado. Dessa forma, o Ceará Contra o Crime é o atual programa de segurança pública do Governo do Estado do Ceará, representando uma evolução das estratégias anteriores. Sob a liderança do atual secretário, ele foi recalibrado para integrar operações, focar na inteligência e implementar um robusto sistema de gestão por resultados.

Sua abordagem é multifacetada e combina investimentos em inteligência, valorização profissional e ações territoriais específicas. Todos os eixos são implementados e desenvolvidos com apoio de inteligência integrada e produção de evidências para orientação das ações estratégicas e acompanhamento dos indicadores. Como nos apontou Sá, há uma superintendência da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS) voltada para as pesquisas e há, ainda, uma central de inteligência responsável por produzir relatórios com dados georreferenciados e evidências de cada área abrangida pelo programa. Dentro desse contexto, seus eixos de atuação focam em: (i) reestruturação e valorização profissional; (ii) gestão por resultados com metas e bonificação; (iii) foco no cumprimento de mandados de prisão; e (iv) governança multinível.

O primeiro eixo objetiva a reestruturação e valorização das Forças de Segurança. Segundo Roberto Sá, foi realizado um investimento de R\$ 26 milhões anuais para reorganizar as polícias, criando novos batalhões, companhias e delegacias especializadas (como a

Delegacia de Armamentos, Munições e Explosivos — DEAME e novas unidades da Delegacia de Repressão ao Crime Organizado — DRACO). Nesse eixo inclui-se também a aquisição exclusiva de viaturas parcialmente blindadas para maior proteção dos agentes.

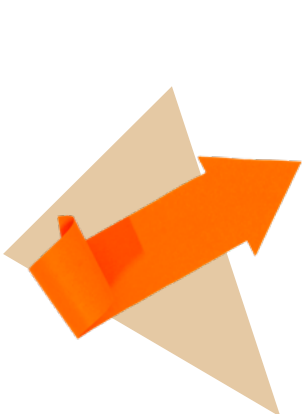
O eixo de gestão por resultados com metas e bonificação foca principalmente na implementação do sistema MISP (Metas Integradas de Segurança Pública), instituído pela Lei 19.178 de 2025. O MISP define indicadores de desempenho para todas as forças (PM, PC, Bombeiros, Perícia) com o cumprimento das metas, em especial aquelas relacionadas à redução de crimes violentos, gera-se uma bonificação em dinheiro e pontuação para promoção funcional. A partir de um *business intelligence*, patenteado pela SSPDS, é possível monitorar as áreas com planilhas, desenvolver um sistema tecnológico de acompanhamento que as forças de segurança abastecem com dados rotineiramente. Dependendo do desempenho do agente, é possível ainda reduzir o tempo para a promoção ou contar mais pontos ou gerar uma remuneração em dinheiro, a depender da redução dos indicadores pré-estabelecidos.

O terceiro eixo possui foco no cumprimento de mandados de prisão e, de acordo com o secretário, se trata de um projeto inovador que rastreia todos os mandados de prisão em aberto no estado. Através de um sistema próprio, as diligências são planejadas, distribuídas entre Polícia Militar e Polícia Civil, e monitoradas.

Por último, todo o programa é acompanhado por um sistema de governança por níveis, consistente em reuniões mensais em três níveis que garantem a boa comunicação e integração dos agentes e gestores envolvidos. As reuniões de nível três são realizadas com Comandantes de Batalhão (PM) e Delegados titulares, que se reúnem para criar planos de ação integrados com base em diagnósticos fornecidos pela central de inteligência. As reuniões de nível dois são feitas com os Comandantes Regionais para validar e dar suporte aos planos do nível três. As reuniões de nível um são presididas pelo secretário e contam com a presença do

Governador, tendo o objetivo de cobrar resultados e oferecer suporte para as áreas que apresentem maiores desafios.

Os principais indicadores criminais que pautam o programa são: (i) Crime Violento Letal e Intencional (CVLI), que é o principal indicador na avaliação das metas; (ii) Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP); e (iii) Indicadores de produtividade, que diferem para cada órgão de segurança pública, conforme nos relatou o Secretário Roberto Sá. Para a Perícia Forense, por exemplo, o indicador é a redução do passivo de laudos, enquanto para o Corpo de Bombeiros, as métricas utilizadas são tempo de resposta e percentual de atendimento a ocorrências.



RESULTADOS

De acordo com os dados monitorados pelo painel interno da secretaria e citados pelo Secretário Sá, o programa já apresenta resultados importantes. Ele cita a redução de 12% nos CVLIs no comparativo anual (agosto de 2025 e agosto de 2024), o que representa 261 vidas poupadas. Houve ainda redução de 24,6% nos CVPs no mesmo período e aumento exponencial da produtividade policial, exemplificado pelas mais de 34.500 diligências para cumprimento de mandados de prisão.

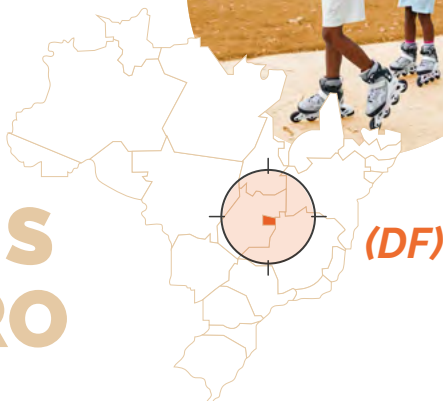


PONTOS DE DESTAQUE

O Ceará Contra o Crime se destaca por seu sistema de governança multinível, que garante integração e acompanhamento permanente entre diferentes instâncias da segurança pública. A estratégia prevê reuniões mensais em três níveis: no primeiro, o secretário e o governador alinham diretrizes e cobram resultados; no segundo, comandantes regionais validam e apoiam planos de ação; e no terceiro, delegados titulares e comandantes de batalhão elaboram diagnósticos e estratégias locais a partir dos dados produzidos pela central de inteligência. Esse modelo cria um ciclo contínuo de planejamento, monitoramento e suporte, fortalecendo a coordenação entre órgãos, aumentando a eficiência das ações e assegurando que decisões sejam tomadas com base em evidências.



3



(DF)

DF MAIS SEGURO

SEGURANÇA INTEGRAL (DFMS)

FICHA TÉCNICA

Território

Distrito Federal

Ano de implementação

2023

Órgãos envolvidos

Secretaria de Estado de Segurança Pública; Casa Civil; Secretaria de Estado de Governo; Polícia Militar, Polícia Civil; Corpo de Bombeiros Militar; Departamento de Trânsito.

CrITÉrios de seleção

Replicabilidade, Impacto e Resultados

Eixos contemplados

Tecnologia

Prevenção

Repressão qualificada

Evidências

Vulneráveis

Intersetorialidade

O Distrito Federal (DF) destaca-se entre as Unidades da Federação que apresentaram as reduções mais enfáticas nas taxas de homicídio entre 2012 e 2022, processo que teve início em 2013. Em 2015, essa tendência foi impulsionada pela criação do programa de segurança pública Viva Brasília Nosso Pacto pela Vida, que adotou uma abordagem pautada na articulação intersetorial e na qualificação do trabalho policial, com destaque para a utilização de inteligência e análise de redes criminais. Dez anos mais tarde, foi criada a iniciativa Programa DF Mais Seguro — Segurança Integral, que incorporou uma metodologia de governança orientada por evidências, com base na transparência e na melhoria da qualidade dos dados utilizados para planejamento e avaliação.

O Programa DF Mais Seguro foi implementado em 2023, em conformidade com a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal (PNSPDS) e com o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDISP). O plano constitui o principal instrumento diretivo da política de segurança pública no âmbito distrital, estabelecendo metas, estratégias e objetivos a serem alcançados ao longo de um período de dez anos. Tais normativas estão alinhadas às diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP), que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Enquanto o Plano Estratégico do Distrito Federal (PEGDF) estabelece as estratégias gerais do governo, os Planos Estratégicos dos órgãos que compõem o sistema distrital de segurança pública (SSP, PMDF, PCDF, CBMDF, SEAPE, DETRAN/DF) operacionalizam o PDISP. Para monitoramento e execução do Plano, foram formados Conselhos, Comitês e Conferências divididos em instâncias. Na primeira instância, estão o Conselho Gestor, Comitês das Regiões Integradas de Segurança Pública (Crisp) e Comitês das Áreas Integradas de Segurança Pública (Caisp), e o Comitê de Assessorias Estratégicas de Segurança Pública (Casesp), compostos majoritaria-

mente pelos representantes dos órgãos que compõem o sistema. Já a segunda instância, é de consulta e participação social formada pelo Conselhos Comunitários de Segurança (Conseg), Conselho Distrital de Segurança Pública (Condisp) e Conferência Quinquenal de Segurança Pública Distrital.

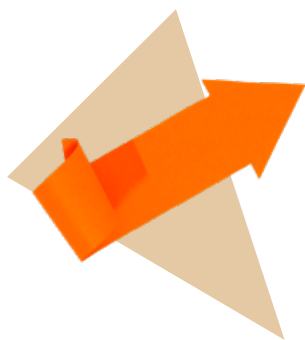
Os planos organizam as estratégias institucionais, detalham os programas e estruturam as etapas de projetos, monitoramento e priorização de ações. Através de ciclos de implementação, o objetivo é integrar o Sistema Distrital de Gestão de Segurança Pública (Sidigesp), que promove o alinhamento entre planejamento, execução e avaliação das políticas do setor.

Nesse contexto, o programa se fundamenta na articulação entre diferentes órgãos e entidades governamentais e não governamentais, bem como na participação da sociedade civil, orientando-se pela promoção dos direitos humanos e pela busca da redução dos índices de criminalidade e violência. Além disso, visa ao aumento da sensação de segurança e à melhoria das condições sociais da população. Sua estrutura se baseia em seis eixos temáticos sob a lógica da segurança integral: Cidade Mais Segura, Escola Mais Segura, Cidadão Mais Seguro, Mulher Mais Segura, Servidor Mais Seguro e Campo Mais Seguro — este último adicionado à implementação do programa.

DF Mais Seguro se alinha aos objetivos gerais estabelecidos pelo PDISP, que envolvem a redução das MVI e dos Crimes Contra o Patrimônio (CCP), a implementação de estratégias preventivas integradas à repressão qualificada, a diminuição do medo em relação ao crime e o fortalecimento da credibilidade das instituições de segurança pública junto à população, por meio de maior integração operacional entre as forças que compõem o sistema. Tais objetivos se desdobram nas seguintes metas: i) redução das taxas de MVI; ii) redução da vitimização e do número de suicídios entre profissionais da segurança pública; iii) redução das taxas nacionais dos CCP, sobretudo furto e roubo de veículos; iv) ampliação do número de vagas no sistema prisional, bem como do número de pessoas privadas de liberdade que exercem atividades laborais e educacionais; v) meta de ao menos 50% de unidades locais devidamente certificadas com alvará

de licença (ou instrumento equivalente) emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Para tanto, o programa é orientado pela dimensão denominada Prevenção, Segurança e Cidadania do PDISP. Ela toma como base a atuação preventiva com foco na proteção social de grupos vulneráveis, a indução de uma política de segurança tratada como investimento estratégico em um contexto ampliado — que envolve atores além dos integrantes formais do SUSP —, a garantia da execução das políticas com participação social e, por fim, a promoção de ações voltadas para o aumento da sensação de segurança da população.



RESULTADOS

As políticas implementadas a partir de 2023 marcaram uma evolução significativa no enfrentamento à criminalidade e no alinhamento com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA) do Distrito Federal. O programa opera com a noção de microrregionalização das ações, fundamentada em manchas criminais e inteligência policial.

Além disso, se apoia em demandas e sugestões da população, garantindo maior aderência territorial e legitimidade social. Segundo as metas estratégicas do PPA, a gestão do programa incorpora dados operacionais para ajustes imediatos das ações, combinando inteligência tecnológica, capacitação profissional e integração institucional. Os indicadores monitorados prioritariamente pela SSP-DF, registrados no PPA, apresentaram queda consistente tanto dos CCPs quanto dos MVIs, que apresentaram o menor número em 24 anos, uma redução de 7,6% em relação ao ano anterior.

Desde 2013, o Distrito Federal apresenta tendência consistente de queda nas taxas de homicídio, resultado que se consolidou na última década, em que houve redução de 67,4% na mortalidade violenta, uma das maiores

do país. Segundo o Primeiro Anuário de Segurança Pública do DF, que reforça o compromisso do Programa com a transparência e o uso de políticas baseadas em evidências, em 2024, o estado registrou a menor taxa da série histórica, com 6,9 homicídios por 100 mil habitantes.



PONTOS DE DESTAQUE

O Programa DF Mais Seguro representa a consolidação de uma política de segurança pública orientada por evidências e pela lógica da segurança integral, articulando ações intersetoriais, repressivas e preventivas. A proposta tem como eixos centrais a qualificação do trabalho policial, o uso de inteligência, a análise de redes criminais e a integração dos órgãos do Sistema Distrital de Segurança Pública. A ênfase em dados para planejamento e avaliação, aliada à estrutura de monitoramento via conselhos e comitês, reforça a busca por transparência e eficiência na gestão da política de segurança.

Apesar do avanço na governança baseada em evidências, o programa enfrenta o desafio de garantir a participação comunitária efetiva. Embora existam instâncias de consulta, elas possuem composição majoritariamente consultiva, o que reduz o protagonismo da sociedade civil na definição de prioridades e estratégias locais. Outro ponto de atenção é a necessidade de traduzir a lógica de prevenção e segurança cidadã em ações estruturantes que impactem os determinantes sociais da violência. Embora o programa contemple diferentes eixos, sua efetividade depende da articulação consistente com políticas sociais, educacionais e de saúde. Assim, a redução sustentada da criminalidade e o fortalecimento da sensação de segurança exigem que a abordagem de segurança integral vá além da repressão qualificada, priorizando a segurança com participação social, inclusão e transparência.

ESTADO PRESENTE EM DEFESA DA VIDA

FICHA TÉCNICA

Território

Estado do Espírito Santo

Ano de implementação

2011 e 2019 (hiato entre 2015 e 2018)

Órgãos envolvidos

Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SESP), Secretaria de Justiça, Secretaria de Estado das Mulheres (SESM), Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH).

CrITÉrios de seleção

Inovação

Eixos contemplados

Prevenção Repressão qualificada Intersetorialidade
Foco em grupos Vulneráveis Evidências



O Programa Estado Presente em Defesa da Vida foi implementado no Espírito Santo em 2011, criado com o objetivo de ampliar os resultados positivos obtidos com o Plano Estadual de Segurança Pública do Espírito Santo entre 2007 e 2010, a exemplo da redução de 9,3% no número de registros de homicídio entre 2009 e 2010.

Para além do enfrentamento da violência letal, o programa prioriza a prevenção primária da violência e a ampliação do acesso à educação, esporte, cultura, geração de emprego, renda e promoção da cidadania em regiões caracterizadas pelos altos índices de vulnerabilidade social.

A sua implementação se deu em quatro etapas. A primeira foi a divisão e caracterização territorial do estado nos chamados aglomerados, bairros ou conjunto de bairros contíguos, agrupados a partir de critérios de urbanização, infraestrutura, serviços, características socioeconômicas, demográficas e violência letal. A segunda etapa foi a classificação dos aglomerados em grupos de acordo com o tipo de intervenção necessária. A terceira teve por objetivo eleger os aglomerados aptos a receber intervenções. Por fim, a quarta etapa, denominada Priorização, estabeleceu a prioridade de projetos a serem implementados em cada aglomerado a partir dos critérios de elegibilidade.

Foram estabelecidos trinta aglomerados: vinte na Região Metropolitana da Grande Vitória e dez em municípios do interior. Segundo relatório de apresentação publicado em 2011, os cinquenta aglomerados definidos concentravam 50% dos crimes letais intencionais.

Inicialmente, o programa contava com os eixos de atuação em Infraestrutura, Proteção Policial e Proteção Social, além de ser coordenado pela Secretaria de Estado Extraordinária em Ações Estratégicas (SASE), criada especialmente para a sua consecução. Contudo, a sua

execução foi interrompida entre 2015 e 2018, sendo retomada em 2019, quando voltou sob coordenação executiva do Secretário de Estado de Economia e Planejamento. Atualmente, o programa não cita o Eixo de Infraestrutura, embora conte com novo eixo denominado Mulher Viva+

Quando retomado em 2019, houve redefinição dos territórios, para o que foram analisados os dados de homicídios ocorridos no estado de 2015 a 2018. O relatório diagnóstico apontou dez municípios que, juntos, somaram 74% dos 5.088 homicídios ocorridos no período. Com tais informações, foram elencados 43 territórios ou unidades geográficas (definidos nos moldes dos aglomerados como conjunto de bairros contíguos) e 140 bairros para ação prioritária do Estado Presente, sendo esses bairros onde ocorreram 32,9% dos homicídios.

Atualmente, o programa se estrutura em três eixos. O primeiro é o Eixo de Proteção Policial, coordenado pelo Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SESP) que, em articulação com a Secretaria de Justiça, define conjuntamente os órgãos envolvidos, os investimentos e os planos de ação para prevenção e enfrentamento da criminalidade e da violência, através de policiamento orientado por resultados.

Para tanto, utiliza-se como fundamento para a ação integrada dos órgãos de segurança pública os indicadores de Crimes Contra a Vida, que inclui o feminicídio, além dos homicídios dolosos e lesão corporal seguida de morte; Crimes Contra o Patrimônio (diversos tipos de roubo, furto e roubo de veículo e latrocínio); Prisão Qualificada, seja de acusados de homicídio ou de integrar grupos criminosos; e Produtividade Policial, que vai desde o cumprimento de mandados de prisão e apreensão à recuperação de veículos, apreensão de drogas e apreensão de armas de fogo, entre outros.

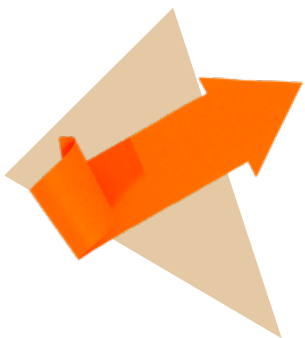
O eixo divide o território do estado em cinco Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) para atuação conjunta da Polícia Militar e da Polícia Civil; cada RISP, por sua vez, contempla vinte Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), a fim de aprimorar a gestão e controle dos indi-

cadadores de segurança locais. Em termos gerenciais, estão previstas reuniões em quatro níveis: (i) operacional, nas Reuniões das AISP; (ii) tático, nas Reuniões das RISP; (iii) alinhamento, nas Reuniões com a SESP; e (iv) estratégico, nas Reuniões de Coordenação, conduzidas pelo Governador do Estado. O eixo conta ainda com o Sistema de Monitoramento do Programa Estado Presente (SIMEP) como instrumento de monitoramento dos indicadores estratégicos, que é atualizado diariamente e difundido para todos os coordenadores de RISP e AISP do estado.

Na sequência, temos o Eixo de Proteção Social, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos com ênfase na redução da vulnerabilidade juvenil à violência, atuando na geração de emprego, inclusão social e renda. Para a priorização de projetos, foram utilizados três macroindicadores de diagnóstico. O primeiro denomina-se Preservação da Vida e corresponde aos números de homicídios contabilizados por território. O segundo indicador é o de Vulnerabilidade Social, composto (i) pelo percentual de homens, jovens e negros no território priorizado, entendido como grupo mais vitimizado por crimes letais; (ii) pelo número de adolescentes em atendimento no Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo; e (iii) pela taxa de abandono escolar entre o 6º e 9º anos, que considera alunos que deixaram de frequentar a escola durante o ano letivo, mas voltaram a se matricular no ano seguinte. O último indicador é o Socioeconômico, composto pelo rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* e pelos indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano, produzido em parceria pelo PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro. As ações do eixo de Proteção Social dividem-se em grandes áreas de atuação, como Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Educação, Ciência e Tecnologia, Saúde, Cultura e Esporte, Trabalho e Renda, Segurança, Infraestrutura e Ação Integrada pela Cidadania.

Por fim, o terceiro e mais recente eixo, denominado Mulher Viva+, é coordenado pela Secretaria Estadual das Mulheres (SESM) e tem por atribuição implementar e acompanhar programas que garantam o acesso aos direitos civis, sociais, políticos, econômicos e culturais para as mulheres. Ele é subdividido em duas frentes: a Promoção da Igualdade e Equidade

de Gênero e Raça e o Enfrentamento às Violências contra Meninas e Mulheres. Cada um deles concentra, atualmente, dezoito projetos estruturados e voltados para a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres e mais de dez órgãos envolvidos e ações em todas as microrregiões do estado, de acordo com publicação oficial no site da SESM.



RESULTADOS

Apesar de haver uma celebrada inclusão de programas sociais e indicadores de vulnerabilidade e socioeducacionais na implementação do Estado Presente em Defesa da Vida, algo que o diferenciaria dos programas estaduais de segurança pública anteriores, Bittencourt (2025) relata que os principais feitos do Programa apresentados pelo governo do Espírito Santo se deram no eixo de policiamento. Segundo o autor, o recrutamento de mais policiais, a construção de unidades operacionais e a compra de equipamentos para a polícia (armas, viaturas etc.) mostram a centralidade do enfrentamento à criminalidade e "uma evidente defasagem orçamentária do 'eixo social' em comparação com o 'eixo policial' do programa" (idem, p. 19).

Apoiado em metodologia de controle sintético para aferição do impacto nas taxas de homicídio do Estado, Cirqueira *et al.* (2019) concluiu que o programa pode ser considerado responsável pela redução de 10,2% no número de homicídios do estado do Espírito Santo entre 2010 e 2014, e que 1.695 homicídios não ocorreram em função das intervenções.

Segundo documento de apresentação do Eixo Social publicado pelo Governo do Estado em 2019, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e da SESP indicam redução de 51,9% na taxa de homicídios dolosos, representando 926 vidas preservadas entre 2009 e 2018.

Atualmente, o último Anuário de Segurança Pública (2025) publicado pelo Governo do Espírito Santo apontou uma redução de 12,5% das mortes violentas entre 2023 e 2024, apresentando a menor quantidade de homicídios dolosos dos últimos 28 anos. Das cinco RISPs, quatro apresentaram resultados positivos na redução de homicídio; apenas a RISP de Serrana acusou aumento de 9,3%. Em relação aos crimes contra o patrimônio, houve redução em seis categorias de roubos e furtos, ao passo que duas delas aumentaram (furto e roubo de cargas e estelionato).

Em relação à intersetorialidade, Oliveira *et al.* (2022) classifica o programa como pleno, considerando a existência de ações de prevenção social concretas envolvendo participação da sociedade civil, atuação em direção a grupos e territórios vulneráveis, dentre outras. Ele recebeu a mesma avaliação no que tange à intersetorialidade com órgãos externos às secretarias de segurança pública e justiça, apontando a existência de articulação intersetorial desde a fase de planejamento e envolvimento da sociedade civil ao menos na fase de execução. Quanto à última categoria, o programa foi caracterizado como pleno-passivo, pois, apesar de citar ações específicas para o setor de saúde, participou apenas em sua fase de execução, não tendo sido chamado a atuar na etapa de planejamento.



PONTOS DE DESTAQUE

O Programa Estado Presente em Defesa da Vida do Espírito Santo é um projeto de segurança pública amplo e que, apesar da interrupção, está em funcionamento desde 2011, constituindo um fruto já bem-sucedido do plano estadual de segurança pública implementado em 2007,

o que aponta para a importância da continuidade e planejamento de longo prazo para que programas de segurança pública colham bons resultados.

Trata-se de um programa que pauta suas ações em eixos diversos, compreendendo a violência e a criminalidade como um fenômeno que envolve muitos outros setores para além da repressão criminal, algo que pode ser prevenido com investimentos em esporte, lazer, cultura, saúde, assistência, entre outros.

Nas duas apresentações do programa, em 2011 e 2019, o Eixo de Proteção Social recebeu igual grau de importância se comparado ao Eixo de Proteção Policial. O programa demonstra, assim, intensas e planejadas intersectorialidade e coordenação de esforços entre diferentes órgãos públicos, que passam a ser responsabilizados conjuntamente, com o fim de trabalhar com o fenômeno da violência. Tudo através do monitoramento de indicadores quantitativos de homicídios que são utilizados para definir estrategicamente os territórios em que o programa terá maior incidência.

Ainda assim, na prática, o Eixo de Proteção Policial parece ter recebido maior atenção. Segundo Bittencourt (2025), as principais realizações estão no recrutamento de mais policiais, construção de unidades operacionais e compra de equipamentos para a polícia. O autor aponta uma deficiência orçamentária do eixo social em relação ao policial, o que pode ser explicado pela dificuldade de comunicação entre os diferentes setores. Mas isso demonstra que a intersectorialidade demanda não apenas planejamento e definição de atribuições diversas, como também mecanismos de governança e gestão que promovam o encontro e o diálogo entre os diferentes setores, a fim de impedir que um programa como o Estado Presente em Defesa da Vida recaia em uma concepção tradicional-militar e repressiva de policiamento – menos eficiente, e que não explora as capacidades públicas de outros setores.

5

PROGRAMA DE CONTROLE E REDUÇÃO DOS HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS (FICA VIVO!)



FICHA TÉCNICA

Território

Minas Gerais

Ano de implementação

Projeto-piloto de 2002 com financiamento privado em Morro das Pedras pelo CRISP-UFMG. Desde 2003, foi incorporado como programa do Governo do estado.

Órgãos envolvidos

Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Poder Judiciário.

Crêterios de seleção

Replicabilidade

Eixos contemplados

Intersetorialidade

Foco em grupos vulneráveis

Evidências

Repressão Qualificada

Prevenção

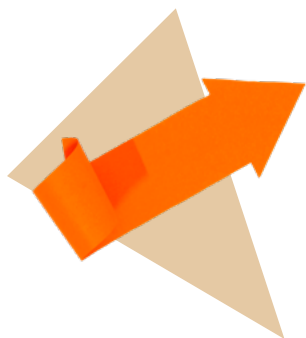
O Programa Fica Vivo visa ao controle e redução das taxas de homicídios dolosos de jovens entre 12 e 24 anos em determinadas regiões do estado de Minas Gerais. Foi desenvolvido pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP-UFGM) e implementado em 2002 na comunidade de Morro das Pedras com financiamento privado. Com o sucesso do piloto, que apresentou redução de 47% nos índices de homicídio nos primeiros seis meses, o Fica Vivo passou para as mãos do Governo de Minas Gerais e, em 2003, é instituído pelo Decreto nº 43.334/2003 como política pública com o fim de abranger territórios que apresentavam altas taxas de homicídios de jovens e adolescentes.

Partindo da premissa de que o crime é um fenômeno que envolve diversos aspectos da vida social que devem ser endereçados também pelo Poder Público, o programa opera em dois eixos articulados. O primeiro deles denomina-se Eixo de Proteção Social. A partir da análise da dinâmica social da violência e da criminalidade sobre os territórios, busca-se promover oficinas de esportes, cultura, arte e outras formas de lazer. Além disso, tal eixo procura construir projetos sociais e promover atendimentos individuais e fóruns comunitários como forma de envolver a sociedade civil da região contemplada.

De acordo com o programa, as oficinas são formas estratégicas de aproximação dos adolescentes e jovens, levando em consideração aspectos criminais, culturais, sociais, históricos e geográficos da localidade. O eixo ainda promove espaços de resolução de conflitos e acesso aos serviços públicos e redes de proteção social.

O segundo eixo, por sua vez, é denominado Eixo Intervenção Estratégica e opera através de articulação intersetorial entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público, o Poder Judiciário e agentes municipais empregados na repressão à criminalidade. Para tanto, conta-se com a atuação do Grupo Especial de Policiamento em Áreas

de Risco da Polícia Militar (GEPAR) e dos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE), cujo objetivo é prevenir conflitos violentos por meio da agilidade e assertividade das intervenções nas áreas de atuação do programa.



RESULTADOS

O Programa Fica Vivo foi objeto de diversos estudos ao longo dos anos. Apesar de ser difícil associar diretamente as reduções nos índices de homicídios e as ações desenvolvidas pelo programa, as pesquisas apontam, em geral, algum grau de correlação (Silveira *et al.*, 2010; Silveira, 2007; Alves, 2008; Peixoto, 2008). A título de exemplo, em artigo publicado em 2018, Silva *et al.* apontou que, entre 2005 e 2015, o Fica Vivo pode ter evitado em média 650 homicídios, o que corresponderia a 43% do total de homicídios observados nas áreas em que o programa atuou. Segundo os autores (2018, p. 6), a estimativa indicada implica que “foi evitado um número de homicídios superior ao total registrado em toda a cidade de Belo Horizonte em 2015, ano em que ocorreram 582 mortes”.

De acordo com a SEJUSP, o Fica Vivo atua em 200 territórios e 33 Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) distribuídas pelo estado. Em 2024, se comparadas ao ano anterior, as taxas de homicídio apresentaram redução em onze das 32 unidades analisadas. Entre 2015 e 2022, foram realizados 729.536 atendimentos pelas unidades em que o programa está presente, segundo relatório publicado pela SEJUSP.





PONTOS DE DESTAQUE

Uma das grandes diferenças do Programa Fica Vivo é a sua criação e implementação conduzida pelo CRISP-UFGM. Mais do que apenas produzir publicamente um plano de segurança pública pautado em evidências e conhecimento científico, o programa teve seu piloto desenvolvido e implementado com o auxílio de pesquisadores e especialistas, o que foi inovador no sentido de integrar e valorizar o conhecimento produzido sobre a realidade local dos territórios do estado. Seu sucesso demonstra que iniciativas de alinhamento entre a universidade e o Estado são profícuas e alcançam resultados concretos para a sociedade.

Trata-se, com efeito, de uma experiência pioneira na definição dos territórios de atuação com base em evidências, sendo um de seus pontos mais fortes está na incorporação de fatores locais na definição e condução das políticas públicas, contando, inclusive, com oficinas voltadas para as necessidades de cada comunidade.

A sofisticação do programa em termos de coordenação da repressão e prevenção à violência implica o constante desafio de melhorar a comunicação entre os diferentes órgãos e agentes atuantes. Em 2017, Beato Filho *et al.* publicaram artigo elegendo as dificuldades do Programa Fica Vivo em resolver disputas internas inerentes a um projeto que depende da articulação de diferentes lógicas de organização e ordenamento social. Os autores apontam que as tentativas de resolução dessa articulação são conduzidas individualmente, e não como parte e prática instituída, especialmente no que toca ao fluxo de informações entre diferentes agentes comunitários, locais e funcionários públicos diversos.



(MA)

PACTO PELA PAZ - MARANHÃO

FICHA TÉCNICA

Território

Estado do Maranhão

Ano de implementação

2015

Órgãos envolvidos

Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública (GGISP), Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

Critérios de seleção

Replicabilidade, Inovação, Impacto e Resultados

Eixos contemplados

Vulneráveis

Prevenção

Repressão qualificada

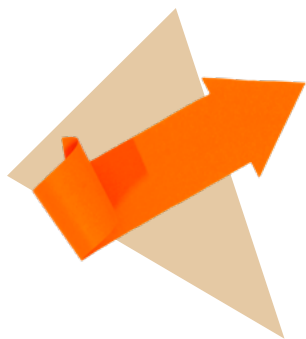
Inspirado no programa Pacto pela Vida de Pernambuco, o Pacto pela Paz foi instituído em 2015 com o objetivo de conjugar direitos humanos e segurança pública, estruturando suas ações sobre os pilares da participação social e prevenção da violência. O programa estrutura-se segundo a atuação policial qualificada, fundamentada na estratégia de policiamento de proximidade, que descentraliza os conflitos e busca soluções resolutivas locais, fortalecendo os vínculos entre as forças de segurança e as comunidades.

Com foco na redução dos indicadores de criminalidade, o programa prioriza ações de prevenção social em áreas vulneráveis (Áreas Integradas de Segurança Pública), com destaque para iniciativas voltadas à prevenção, tratamento e reinserção social de usuários de substâncias psicoativas. Entre as medidas estruturais, incluem-se a ampliação do efetivo policial, o reaparelhamento das unidades de segurança, a valorização da carreira e a capacitação permanente dos agentes de segurança pública (polícias civil e militar e corpo de bombeiros).

A gestão do Pacto pela Paz é compartilhada pelo Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública (GGISP) e pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, com coordenação executiva da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) e coordenação adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP). Conta-se ainda com o suporte de relatórios e diagnósticos produzidos pelo IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos). No entanto, o uso de tecnologias de monitoramento e análise criminal, que no modelo pernambucano subsidiam políticas baseadas em evidências, ainda é limitado no Maranhão, o que restringe diagnósticos completos sobre as causas da violência na localidade. Em contrapartida, a atuação dos Conselhos Comunitários pela Paz (CCPs) tornou-se o principal canal de escuta e deliberação, orientando as ações do programa e fortalecendo a participação popular.

A implementação territorial é feita por meio dos CCPs, formados majoritariamente por membros da comunidade e representantes do Sistema Estadual de Segurança Pública. Os conselhos têm a função de aproximar a polícia da sociedade, avaliar ações de segurança, debater problemas locais e promover campanhas de caráter preventivo voltadas à cultura de paz e ao respeito aos direitos humanos.

Segundo Biondi (2024), a expansão da atuação dos policiais militares em direção a funções como mediação com outras secretarias e atividades sociais, embora contribua para a articulação local, gera sobreposição de papéis e amplia a presença da polícia em áreas tradicionalmente geridas por outros serviços públicos. Nesse sentido, em lugar de enfatizar a inter-setorialidade, isso resulta na sobreposição de papéis e na expansão da atuação policial sobre a gestão urbana.



RESULTADOS

Quanto aos principais resultados do programa, destacam-se a reativação de 42 Conselhos Comunitários pela Paz, a criação da Patrulha Maria da Penha, a execução do programa “Crack, é Possível Vencer”, a oferta de cursos profissionalizantes para jovens, além da premiação pecuniária a policiais civis e militares que realizam apreensões de armas de fogo em situação irregular. Todas as iniciativas integram o eixo de prevenção da política estadual Mais Segurança.

Por fim, a avaliação do Plano Plurianual (PPA) 2016–2019 apontou impactos positivos. Em março de 2018, a taxa de MVI foi de 23,58 por 100 mil habitantes, abaixo do valor esperado de 27,80, conforme dados da Unidade de Estatística e Análise da SSP, o que evidencia a contribuição do Pacto pela Paz na redução da violência letal. Além disso, é importante destacar que o forte componente de participação social permanece como uma das principais marcas do

programa. Os CCPs, formados majoritariamente por membros da sociedade civil, configuram sobretudo um espaço institucional de diálogo.



PONTOS DE DESTAQUE

A experiência do Pacto Pela Paz (PPP) no Maranhão evidencia o potencial de replicação do modelo original de Pernambuco, adaptando-o às especificidades de cada local, com ênfase na prevenção da violência e na participação popular. O programa demonstrou avanços significativos na redução da violência ao priorizar a prevenção e a construção de redes comunitárias.

O PPP buscou integrar forças de segurança, órgãos governamentais e sociedade civil por meio dos CCPs, que atuam como fontes de informações não sistemáticas, consideradas fundamentais para orientar as ações do programa. Conforme aponta Biondi (2024), a centralidade das tecnologias de gestão do crime e da segurança tem sido substituída no Maranhão por um enfoque predominantemente comunitário. A tecnologia de georreferenciamento, que, em Pernambuco, associa criminalidade a fatores estruturais como habitação, renda e educação, é subutilizada, o que pode limitar a capacidade do programa ao produzir análises abrangentes das causas complexas da violência.

Apesar dos avanços na articulação interinstitucional e na mobilização comunitária, o PPP enfrenta desafios estruturais. Policiais militares por vezes assumem demandas que extrapolam suas funções típicas, ampliando a atuação sobre a gestão urbana e comprometendo a sustentabilidade do programa. Para que o PPP consolide seu potencial de intervenção, é necessário fortalecer a coordenação entre tecnologias de gestão da segurança e participação comunitária, com uma divisão clara de responsabilidades. A experiência sugere que a combinação equilibrada entre tecnologias de monitoramento, participação popular e gestão eficiente é essencial para a efetividade e a legitimidade de políticas de prevenção da violência.

7



CONTRATO DE GESTÃO

FICHA TÉCNICA

Território

Estado do Mato Grosso do Sul

Ano de implementação

2015

Órgãos envolvidos

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul (SEJUSP/MS), Secretaria Executiva de Gestão Estratégica e Municipalismo (SEGOV/SEGEM), Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Departamento de Operações de Fronteira (DOF).

CrITÉrios de seleção

Accountability

Eixos contemplados

Replicabilidade

Foco em grupos

Vulneráveis

Prevenção

Evidências

O Contrato de Gestão da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul (SEJUSP/MS), celebrado por meio da Secretaria Executiva de Gestão Estratégica e Municipalismo (SEGOV/SEGEM), em articulação com a Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e o Departamento de Operações de Fronteira (DOF), é um instrumento baseado no modelo de gestão por resultados. O objetivo do contrato é orientar a administração pública conforme os princípios gerenciais, com foco na efetividade das políticas públicas e no alinhamento estratégico em relação ao Plano Plurianual (PPA) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A pactuação contempla indicadores prioritários, como a taxa de furtos e roubos de veículos (categoria CCP), a taxa de homicídios e feminicídios (MVI) e o percentual de Unidades Locais certificadas, todos vinculados ao PPA. Tais indicadores orientam a formulação e a execução dos programas finalísticos da pasta, com foco na redução da criminalidade e no fortalecimento da efetividade das políticas de segurança e justiça.

No ciclo de 2024, os objetivos pactuados incluíam alcançar padrões de referência em segurança pública, ressocialização e reinserção social. O instrumento estabelece metas voltadas para ampliar a presença policial em determinadas áreas, fortalecer a inteligência e investigação criminal, qualificar continuamente os profissionais da segurança e promover o uso de tecnologias inovadoras para monitoramento e prevenção da criminalidade.

Dentre as principais iniciativas, destacam-se a criação e implantação do Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher (NUIAM), a centralização do atendimento 193 pelo Corpo de Bombeiros Militar, a realização de cursos de formação e capacitação continuada pela Academia de Polícia Civil (Acadepol/MS) e a implantação das Salas Lilás para o atendimento especializado a mulheres em situação de violência. O ciclo contemplou igualmente a operacionalização de novos Núcleos Regionais de Medicina Legal, ações de poli-

ciamento rural e de fortalecimento dos batalhões ambientais da Polícia Militar, bem como atividades desenvolvidas pelos programas Mulher Segura (PROMUSE) e Polícia Militar Rural, incluindo operações, qualificações profissionais e articulações com entidades do setor. Além disso, foram conduzidas ações voltadas à garantia da identificação civil de povos e comunidades tradicionais, implementação de Conselhos Comunitários de Segurança em aldeias indígenas e o projeto "Transformando Vidas através da Agricultura Familiar", que promove oficinas de cultivo e manejo de hortas com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, sob coordenação da Superintendência de Assistência Socioeducativa (SAS).

A avaliação do Contrato de Gestão 2024 indicou cumprimento integral das metas, com nota 9,88 para os indicadores (30% do peso), nota 10 para as iniciativas (70%) e nota global 9,96. Para o ciclo de 2025, parte das iniciativas foi mantida, a exemplo do NUIAM, da Acadepol/MS, das Salas Lilás, das ações de identificação civil de povos tradicionais e do projeto de agricultura familiar. O monitoramento do contrato prevê reuniões mensais de Acompanhamento de Projetos e Indicadores (RAPI), nas quais serão analisadas a execução das iniciativas e a evolução dos indicadores pactuados, contribuindo para o aprimoramento contínuo da gestão pública no âmbito da segurança estadual.



PONTOS DE DESTAQUE

O Contrato de Gestão da SEJUSP/MS representa uma tentativa de alinhar a política estadual de segurança à lógica de gestão orientada por resultados, priorizando indicadores como taxas de homicídios, feminicídios e crimes patrimoniais. A estrutura pactuada fortalece a racionalidade gerencial ao vincular metas e iniciativas ao Plano Plurianual

(PPA) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), buscando eficiência, transparência e monitoramento sistemático do desempenho. Tal abordagem permite previsibilidade e responsabilização na execução das políticas públicas, reforçada por instrumentos como as Reuniões de Acompanhamento de Projetos e Indicadores (RAPI).

Ainda assim, a ênfase na redução de indicadores quantitativos, típica dos modelos de gestão por resultados, tende a priorizar ações voltadas à repressão e ao policiamento ostensivo, com menor espaço para diagnósticos sobre as causas estruturais da criminalidade. Embora o contrato incorpore iniciativas voltadas à prevenção, o desenho do instrumento permanece centrado na performance operacional das forças policiais. Isso levanta o desafio de conciliar a lógica gerencial com uma política de segurança pública que articule ações intersetoriais e promova prevenção a longo prazo. A experiência demonstra avanços na gestão administrativa, mas a efetividade das metas dependerá da capacidade de integrar tecnologias de monitoramento, qualificação profissional e estratégias de inclusão social, evitando que o foco exclusivo em números restrinja o alcance de políticas públicas orientadas pela cidadania e pela redução sustentável da violência.





PARAÍBA UNIDA PELA PAZ

FICHA TÉCNICA

Território

Estado da Paraíba

Ano de implementação

2015

Órgãos envolvidos

Secretaria de Estado e Defesa Social, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Administração Penitenciária, Núcleo de Análise Criminal e Estatística.

Crítérios de seleção

Inovação, Impacto e Resultados, Inovação e Replicabilidade

Eixos contemplados

Intersetorialidade

Vulneráveis

Evidências

Repressão

Qualificada

Prevenção

O Programa Paraíba Unida pela Paz foi criado em 2011, após a realização de um fórum homônimo, organizado para discutir segurança pública, cidadania e gestão compartilhada das políticas de segurança do Estado. A principal preocupação era o aumento das taxas de homicídio do estado entre 2000 e 2010, que haviam saltado de 15,1 homicídios para 38,8 por 100 mil habitantes. De acordo com relatório publicado pelo Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e segundo Mapa da Violência de 2012, antes da implementação do programa, a Paraíba possuía taxas de homicídio quatro vezes maiores do que o recomendado pela ONU. Tratava-se do quarto estado com maior taxa de homicídios de mulheres do país e 38% das vítimas eram jovens, entre 15 e 24 anos.

Nesse contexto, o programa foi fundamentado em oito documentos legislativos publicados entre 2011 e 2017, cujos objetivos apontavam para a necessidade de regular a integração entre os diferentes órgãos de segurança pública do Estado, definir competências e estabelecer a obrigatoriedade da divulgação de estatísticas criminais.

Assim, as metas do programa se referem aos seguintes pontos: (i) a redução dos Mortes Violentas Intencionais (MVI) na proporção de 10% ao ano; (ii) redução dos Crimes Violentos Patrimoniais (CVP); e (iii) aprimoramento institucional dos órgãos da Secretaria de Estado e Defesa Social (SEDS), responsável pela condução do programa. Seu público-alvo é, por óbvio, a população paraibana, com foco específico nos grupos vulneráveis à violência, como jovens, pessoas de baixa renda e baixa escolaridade e mulheres.

Ainda de acordo com o relatório publicado no repositório institucional do ENAP, a implementação do Programa se deu em três etapas. A primeira foi denominada de Estruturação e seu objetivo foi implementar um novo modelo de gestão, liderado pelo Governador do Estado e por um Comitê de Governança, do qual

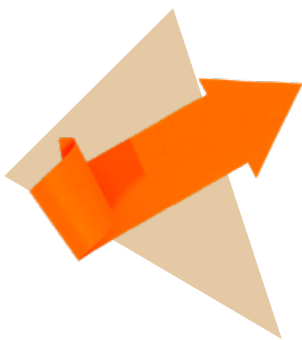
fazem parte o Secretário de Segurança, o Comandante Geral da Polícia Militar, o Delegado Geral da Polícia Civil e o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar. Essa etapa também prevê a articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Secretaria de Administração Penitenciária. Nesse contexto, o Comitê é responsável por estabelecer diretrizes únicas para gerar harmonia institucional entre os diferentes órgãos operativos. Para tanto, uma das primeiras iniciativas foi a elaboração de diagnóstico institucional e criminal que, posteriormente, fundamentou uma readequação e modificação da estrutura administrativa das instituições de Segurança Pública. A Lei Complementar Estadual nº 111, de 2012, dividiu o estado em Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp), definindo a mesma responsabilidade territorial para a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar. Ainda nesta etapa, foi criado o Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE), responsável pelo monitoramento estatístico constante dos índices de crimes violentos.

A segunda etapa, chamada de Desenvolvimento, teve por objetivo estabelecer ações de transformação das práticas policiais com o fim de atingir as metas de redução criminal. Foi instituído um processo de planejamento, execução das diretrizes comuns e avaliação de desempenho contínuos, com identificação e saneamento de falhas e replicação de boas práticas. Assim, foi possível estabelecer estratégias como: identificação e fortalecimento da atuação em áreas de maior incidência de homicídios; fortalecimento das atividades investigativas e da Delegacia de Crimes contra a pessoa; maior controle sobre a circulação de armas de fogo com estabelecimento de bônus aos policiais por número de apreensões, dentre outras estratégias voltadas ao desenvolvimento e qualificação dos agentes e incremento logístico e operacional.

Por fim, estipulou-se a etapa denominada Consolidação, que se concentrou no estabelecimento e continuidade do programa, que passou de agenda do governo à política de Estado através da Lei 11.049 de 2017, que previu o Programa Paraíba Unida Pela Paz e definiu suas diretrizes e princípios.

De acordo com o Boletim de Gestão Pública de 2023, realizado pelo Governo do Estado do Ceará, além do relatório 2º Balanço das Políticas de Gestão para Resultados na Segurança Pública, publicado pelo Instituto Sou da Paz no mesmo ano de 2023, Paraíba Unida pela Paz é concretizado através de reuniões semanais do Secretário de Segurança Pública com os comandantes e os gestores das forças. Seu objetivo é a integração e compartilhamento de responsabilidade dentre os diversos órgãos públicos envolvidos.

Os principais indicadores acompanhados pelo programa são: MVI, Crimes Patrimoniais Letais e Intencionais (CPLI), CVP, Subtração ilegal de veículos automotivos (SIVA), Crimes Patrimoniais Contra Instituições Bancárias (CIBAN), Acidentes Letais de Trânsito (ALT), Apreensões de armas de fogo, Apreensões de entorpecentes, Prisões de interesse estratégico, Elucidações de inquéritos de MVI (ELIP), Operações de interesse estratégico, Recuperação de veículos subtraídos, Socorro de vítimas de CPLI e Resgate de acidentados no trânsito.



RESULTADOS

O principal resultado do Programa Paraíba Unida Pela Paz foi a redução das taxas de homicídio do estado. O Atlas da Violência de 2018 do IPEA apontou que, entre 2011 e 2016, a Paraíba saiu da 3ª para a 18ª posição como estado mais violento do país, o que representou uma redução de 20,4% nas taxas de homicídio. O mesmo relatório também destacou o estado como uma das sete unidades da federação em que houve redução na quantidade de jovens assassinados, ao passo que nas demais localidades houve um aumento.

O referido relatório do Instituto Sou da Paz, a partir de dados da SESDS, apontou que, entre 2012 e 2021, a taxa de homicídios na Paraíba a cada 100



mil habitantes passou de 44 MVI para 28,6. No mesmo sentido, 35 mil armas foram apreendidas e houve aumento na apreensão de drogas.

Em artigo publicado em 2021, Anjos Júnior e Porcino indicam a redução de 1.680 homicídios em 2011 para 1.282 homicídios em 2017. No que tange às mulheres, a queda foi de 153 para 83 vítimas no mesmo período, representando uma redução de 45,75%. Entre os homens, a redução foi de 21,48. O artigo menciona o Programa Paraíba pela Paz como potencial causa da redução e relembra a importância de iniciativas como as Casas de Acolhimento para mulheres vítimas de violência (Casas Abrigo), os Centros de Referência de Atendimento à Mulher, da Secretaria Especial de Estado de Políticas Públicas para Mulheres da Paraíba e o aumento de delegacias especializadas no atendimento à mulher. Os autores também citam a adesão do Estado da Paraíba ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Anjos Júnior e Porcino, 2021).

Em termos de investigação e esclarecimento de homicídios, o relatório *Boas práticas na melhoria da investigação de homicídios: a experiência da Paraíba*, lançado em outubro de 2024, destacou o pioneirismo do programa na criação do indicador de Elucidação de Inquérito Policial (ELIP) de MVI, que agrega homicídio doloso, latrocínio, feminicídio, lesão corporal seguida de morte e a morte por intervenção de agente do Estado. De acordo com o relatório, o índice foi criado pela Polícia Civil em 2013 e, além da mensuração dos casos elucidados de MVI, produz dados desagregados por fatores como motivação dos crimes e o perfil das vítimas e dos autores. Já o indicador ELIP foi formalizado em Portaria da Polícia Civil e conta com cartilha dirigida aos profissionais que atuam diretamente no registro das informações para sua produção. Seu fluxo se inicia com as delegacias e núcleos especializados que informam os dados necessários, enviam à Unidade de Estatística Criminal e Análise de Dados (UECAD) que examina, solicita complementação e valida os dados enviados. Validados, os dados vão à SESDS para serem divulgados e utilizados pelos gestores da Polícia Civil no fortalecimento da elucidação de mortes violentas. Um estudo quantitativo reportado no mesmo relatório apontou que, entre janeiro de 2019 e junho de 2022, 40,8% dos inquéritos em MVI haviam sido elucidados.



PONTOS DE DESTAQUE

O Programa Paraíba Unida pela Paz representa um avanço significativo na gestão da segurança pública ao adotar uma abordagem baseada em evidências. A criação do Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE) e o desenvolvimento de indicadores como o de Elucidação de Inquérito Policial (ELIP), mecanismos que permitem monitorar e aprimorar a investigação de homicídios, são inovações da gestão que procuram incorporar o monitoramento estatístico de indicadores criminais e de efetividade policial para definir as estratégias de segurança pública a serem adotadas. A estruturação em Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e a integração operacional entre polícias reforçam a eficiência repressiva, contribuindo para a queda expressiva nas taxas de homicídio, que foi de 44 para 28,6 por 100 mil habitantes entre 2012 e 2021. O programa ainda demonstra replicabilidade em sua gestão por resultados e no modelo de governança compartilhada.

O ELIP é uma inovação importante, que deve permitir corrigir ou encontrar os gargalos que causam a baixa taxa de elucidação (apenas 40,8% entre 2019 e 2022), indicando desafios persistentes na resolutividade das investigações.

Em termos de tratamento da violência em seu aspecto multifacetado, Oliveira *et al.* 2022 classificaram o programa paraibano como de prevenção intermediária, pois a prevenção social da violência é citada, mas não há proposição de ações efetivas. Considerando a intersetorialidade, foi categorizado como incipiente, pois mencionam outros setores para além da segurança pública e justiça e a participação da sociedade civil apenas de forma genérica, sem descrição da participação no planejamento ou de ações e mecanismos de articulação intersetorial. Quanto à relação com o setor de saúde, a classificação foi a de intermediário-passivo, pois a articulação com o setor não é mencionada na fase de planejamento, apenas de execução, e a ele não são atribuídas ações específicas.

9



(PI)

PROJETO RECUPERAÇÃO DE CELULARES

FICHA TÉCNICA

Território	Estado do Piauí
Ano de implementação	2023
Órgãos envolvidos	Secretaria de Segurança do Estado do Piauí (SSP-PI) e Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí (ATI-PI).
CrITÉrios de seleção	Inovação, Replicabilidade
Eixos contemplados	Tecnologia Inovação e Replicabilidade Repressão Qualificada Prevenção

O Projeto Recuperação de Celulares foi implementado, no Piauí, em 2023 e tem por foco principal o enfrentamento à criminalidade violenta de rua. Em entrevista com Anchieta Nery, Diretor de Inteligência da Secretaria de Segurança do Estado do Piauí, o projeto nasceu a partir da análise das estatísticas criminais acerca do crime de roubo. De acordo com ele, no ano anterior ao programa, das 13.800 ocorrências de roubo registradas no estado, 95% envolviam o objeto celular. Considerando a rastreabilidade e a existência do indicador de produtividade da Polícia Civil acerca da recuperação e devolução de celulares, o programa pôde ser formulado.

Para tanto, partiu-se de uma visão abrangente do ciclo de circulação dos aparelhos de origem ilícita. Por meio de tecnologia de desenvolvimento próprio, os agentes de segurança são capazes de buscar, rastrear, identificar e recuperar aparelhos subtraídos e promover sua devolução às vítimas.

De acordo com Matheus Zanatta, da Superintendência de Operações Integradas (SOI) da Secretaria de Segurança Pública (SSP-PI), e Antonio Ribeiro Jr., oficial de justiça e avaliador do Estado, o programa ocorre periodicamente através de quatro fases.

A primeira é a Fase Preparatória, na qual a Diretoria de Inteligência Estratégica da SSP-PI faz o levantamento dos registros de boletim de ocorrência de furto ou roubo de aparelhos celulares, conforme o período delimitado pelos gestores. Com isso, realiza-se o tratamento dos dados cadastrais e, assim, torna-se possível a identificação da vítima do crime, bem como do atual possuidor do celular. A SOI envia então mensagens de intimação em massa através do aplicativo WhatsApp. Na Fase de Apreensão, os possuidores intimados comparecem aos locais indicados para a correta apreensão e devolução do aparelho de celular. Em seguida, na Fase de Restituição, as vítimas são intimadas a recuperar seus celulares. E, por último, na Fase de Operação, são identificados os locais que



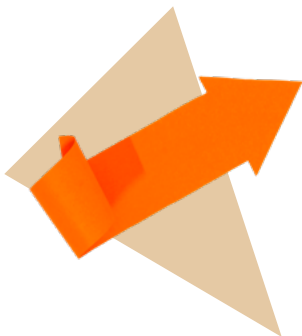
Foi um marco o primeiro dia em que enviamos 200 intimações ao mesmo tempo. Com um clique, a gente intima 200 pessoas para comparecerem à Secretaria, e em torno de 65% a 70% das pessoas atendem à intimação.

Anchieta Nery,
Delegado e Diretor
de Inteligência
na Secretaria de
Segurança do PI

comercializam aparelhos subtraídos e deflagra-se a Operação Interditados para execução de mandados judiciais.

O projeto foi viabilizado graças ao banco de dados Cellguard, plataforma abastecida pelo sistema Protege Celular, desenvolvido pela SSP-PI em parceria com a Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí (ATI). No sistema, as pessoas que tiveram seu celular roubado ou furtado podem cadastrar seus dados pessoais, os dados do celular (como o IMEI – International Mobile Equipment Identity) e os dados da operadora telefônica responsável pelo *chip* do aparelho. Uma vez cadastrado, a polícia pode acessar as informações e obter o atual *status* do aparelho. Após o evento criminoso, se o celular voltar a ser ligado, ocorre a identificação pelo IMEI, e a operadora de telefonia é obrigada a enviar mensagens ao aparelho com o alerta de que o produto é fruto de crime, requerendo que seja devolvido em uma delegacia, sob pena de sanções legais. Se a devolução não ocorre, a polícia é mobilizada para realizar a apreensão.

Outro recurso desenvolvido pelo projeto foi o LupaBot, assistente digital que automatiza as consultas do policial em campo. Ele permite buscas por IMEI, filtra e estrutura informações extraídas de diversos bancos de dados, inclusive com o CellGuard, facilitando e agilizando as atividades investigativas.



RESULTADOS

Em 2023, a cidade de Teresina registrava 1.866 casos de furto ou roubo de celular a cada 100 mil habitantes, ocupando a segunda posição entre cinquenta cidades brasileiras com as maiores taxas desse tipo de crime no país.

De acordo com reportagem da Agência Brasil e segundo o próprio governo piauiense, a ênfase em rastreamento, recuperação e devolução dos aparelhos aos seus donos legítimos motivou a entrega voluntária de oito mil aparelhos às autoridades policiais só nos primeiros seis meses de 2024. Foi apontada também uma redução de 38% no número de ocorrências em comparação ao primeiro semestre de 2023. Durante todo o ano de 2024, foram emitidas 5.895 intimações de devoluções, o que resultou na recuperação de 3,5 mil aparelhos. Exatas 64 lojas físicas e virtuais foram interditadas nas operações e vinte pessoas foram presas.

De acordo com Anchieta Nery, no segundo semestre de 2024, o programa foi expandido para o interior a fim de abarcar as principais cidades do Piauí. Nesse esforço, policiais de todo o estado foram levados a Teresina para treinamento específico.



PONTOS DE DESTAQUE

O Projeto Recuperação de Celulares tem sido considerado uma política pública muito bem-sucedida. Para além das inovações tecnológicas que envolvem a criação do CellGuard e do LupaBot, o programa vem apresentando números expressivos de devolução dos celula-

res às vítimas, apontando para a boa qualidade dos serviços prestados em termos de oferecimento de uma solução fácil e efetiva para os cidadãos.

Além disso, o projeto vem servindo de exemplo e tem gerado troca de expertise entre o Governo do Piauí e o Governo Federal para implementação do Programa Celular Seguro, em parceria oficializada em protocolo de intenções assinado em agosto de 2024. A ser executado em âmbito nacional, o projeto do Governo Federal, encampada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, prevê a criação de uma plataforma de cadastro para identificação de celulares reportados como furtados ou roubados, o que aponta para o alto impacto do programa piauiense, inclusive se considerarmos a centralidade desse tipo de crime na prática de estelionatos (Anuário FBSP, 2025). Anchieta Nery apontou para a replicabilidade da tecnologia empregada, que automatizou todas as etapas em um único programa. Isso quer dizer que não é mais necessário consultar o banco de dados da operadora para depois disparar a intimação: tudo é feito “numa tela só”. Essa tecnologia foi disponibilizada ao Ministério da Justiça para ser apresentada a outros estados.

Outro ponto interessante e inovador do projeto está na forma de parceria que se estabeleceu com as empresas privadas operadoras de telefonia móvel, chamadas a atuar em conjunto com o Poder Público. Segundo Anchieta Nery, foram realizadas reuniões com os executivos das operadoras para apresentar dados e sensibilizá-los acerca do problema do roubo de celulares. Houve igualmente um momento de construção da comunicação e compartilhamento dos dados dos celulares das operadoras às forças de segurança. Em seguida, em conjunto com uma *startup*, foi elaborada a expertise de intimações via WhatsApp.

PACTO PELA VIDA/ JUNTOS PELA SEGURANÇA



FICHA TÉCNICA

Território

Estado de Pernambuco.

Ano de implementação

2007

Órgãos envolvidos

Secretarias estaduais (Planejamento e Gestão, Defesa Social, Justiça e Direitos Humanos e Prevenção à Violência, Mulher, Assistência Social, Ministério Público, TJPE, Defensoria Pública); Administração Prisional; Polícia Militar; Polícia Civil; Polícia Científica; Corpo de Bombeiros.

Crítérios de seleção

Inovação e Replicabilidade

Eixos contemplados

Tecnologia

Intersetorialidade

Foco em grupos

Vulneráveis

Evidências

Repressão qualificada

Prevenção

Lançado em 2007, o Pacto pela Vida, renomeado em 2023 como Juntos pela Segurança, é o primeiro Plano Estadual de Segurança Pública de Pernambuco. O programa tem como metas estruturantes a redução dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), que incluem homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, e dos Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP), sobretudo os roubos. A iniciativa articula ações de repressão, prevenção e ressocialização, por meio de uma abordagem intersetorial e transversal, envolvendo diversas secretarias e esferas de governo. O Pacto pela Vida é também um programa de prevenção, estruturado como intervenção policial inovadora em territórios com elevados índices de homicídios, visando diretamente à redução da violência letal.

Apesar da mudança de nome, o secretário de Defesa Social de Pernambuco, Alessandro Carvalho, destacou que poucas alterações estruturais foram implementadas no modelo de governança do programa, permanecendo a lógica de metas, integração das polícias e articulação intersetorial como pilares centrais. Segundo ele, o novo programa mantém os princípios de ênfase na análise de dados, gestão por resultados e engajamento territorial, porém com adaptações operacionais a fim de otimizar reuniões e a participação dos municípios.

Reconhecida nacionalmente como uma experiência que se distingue na área de segurança pública, a iniciativa se destaca por seu alto nível de comprometimento político, sendo liderada diretamente pelo governador e ocupando lugar central na estratégia do governo. Desde a sua criação, a política tem buscado integrar ações de segurança com a promoção dos direitos humanos, combinando, através de uma abordagem transversal, ações de enfrentamento à violência e a promoção de direitos e inclusão social.

O programa está estruturado em seis linhas estratégicas de atuação, que orientam sua implementação de forma transversal

e articulada. O eixo de prevenção social do crime e da violência foca na melhoria das condições sociais e institucionais nos territórios mais vulneráveis, buscando reduzir fatores de risco e ampliar oportunidades. Já o eixo de repressão qualificada da violência promove a integração das forças policiais e demais órgãos do sistema de justiça criminal, visando à redução da impunidade e ao enfrentamento qualificado dos crimes letais.

O aperfeiçoamento institucional busca modernizar rotinas, protocolos e estruturas das organizações policiais, promovendo maior eficiência e profissionalismo. A informação e gestão do conhecimento prioriza a sistematização e o uso estratégico de dados e evidências, fortalecendo a capacidade de diagnóstico e de planejamento. O eixo de formação e capacitação é voltado ao desenvolvimento contínuo dos profissionais envolvidos, promovendo atualização técnica e alinhamento aos objetivos do programa. Por fim, o eixo de gestão democrática incentiva mecanismos de participação e controle social, com vistas à construção coletiva de políticas públicas de segurança mais legítimas e eficazes.

A governança é multissetorial, contando com a participação de diversos órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, além da sociedade civil. Há um envolvimento coordenado entre os entes que articula União e municípios para garantir efetividade territorial das ações. Sua criação contou com a participação ativa da população e de organizações sociais reunidas durante o Fórum Estadual de Segurança Pública, o que contribuiu para o desenho de uma política sensível ao controle social. A iniciativa mantém canais de diálogo com a população e instâncias participativas voltadas à transparência e à prestação de contas, como parte de sua estratégia de participação e controle social.

A gestão é orientada por resultados: a partir da meta anual de redução de homicídios estabelecida para todo o estado, são definidas metas trimestrais específicas tanto em nível estadual quanto para cada uma das Áreas Integradas de Segurança (AIS), regiões onde atuam, de forma coordenada, unidades da Polícia Militar e da Polícia Civil. A institucionalização da politi-

ca e a manutenção de sua estrutura de gestão garantem a continuidade das ações mesmo diante de mudanças políticas. As metas estabelecidas no âmbito estadual preveem uma redução anual mínima de 12% no número de homicídios por 100 mil habitantes, com foco em territórios considerados mais vulneráveis socialmente e com altos índices de violência.

A atuação repressiva é orientada pela ênfase nos crimes contra a vida, com destaque para o fortalecimento do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e o enfrentamento a grupos de extermínio. No campo preventivo, combina-se o uso qualificado da força com estratégias sociais de prevenção da violência. O plano organiza suas ações com base em grupos e territórios prioritários, considerando sobretudo os altos índices de homicídios entre jovens de 12 a 29 anos em contextos de vulnerabilidade social e baixa presença estatal. Atualmente, são 62 os territórios mapeados com essas características em Pernambuco.

O Pacto articula instrumentos de incentivo financeiro vinculados ao desempenho das forças de segurança pública, como forma de alinhar os esforços operacionais às metas estratégicas do programa. A Gratificação Pacto pela Vida (GPPV), instituída pela Lei nº 16.170/2017, consiste em uma premiação mensal por produtividade e desempenho, atribuída com base nos resultados obtidos nas AIS e nos Grupos de Unidades Operacionais (GUO). Os critérios de concessão envolvem o cumprimento de metas de redução da criminalidade, com ênfase na diminuição dos CVLI, além da participação efetiva em operações planejadas e no alcance de indicadores de produtividade definidos previamente.

Complementarmente, o Prêmio de Defesa Social (PDS), regulamentado pela Lei nº 16.171/2017, é concedido trimestralmente a policiais civis, militares e bombeiros militares que atuam diretamente na redução dos indicadores de homicídios. O prêmio considera o desempenho coletivo de unidades operacionais e reconhece esforços que contribuam de maneira expressiva para os resultados do programa, promovendo o engajamento das equipes e o fortalecimento do compromisso institucional com as metas de segurança.

O plano adota um modelo de gestão integrada, com governança compartilhada entre diferentes atores estatais. A instauração dos procedimentos de gestão e monitoramento, bem como seu contínuo aprimoramento, está sob a tutela da Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco (SEPLAG), com destaque para a Secretaria de Defesa Social. A arquitetura de governança é institucionalizada por meio do Comitê Estadual de Governança do Pacto pela Vida (CGPPV), que reúne representantes de múltiplas pastas e lideranças do sistema de justiça e segurança, configurando um modelo de corresponsabilidade na definição de prioridades e no acompanhamento sistemático de resultados (Macedo, 2012).

O nível estratégico, responsável pela supervisão geral dos resultados, é ocupado pelo Comitê Gestor, composto por representantes de secretarias de áreas como Planejamento, Defesa Social, Justiça, Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Mulher e Políticas sobre Drogas, além de membros do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e de câmaras técnicas. O nível tático, por sua vez, é responsável pela formulação e acompanhamento das ações temáticas por meio das câmaras técnicas, que se organizam em reuniões periódicas. Nelas, reúnem-se representantes de secretarias e instituições ligadas a um dos eixos temáticos (Defesa Social; Articulação do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria; Prevenção Social; Enfrentamento da Violência de Gênero Contra a Mulher; Políticas sobre Drogas e Administração Prisional). Enquanto isso, o nível operacional concentra a execução das ações nos territórios, especialmente nas AIS, onde atuam os gestores e técnicos de campo.

Os órgãos operativos vinculados à Secretaria de Defesa Social de Pernambuco desempenham papel central na execução das ações de segurança pública, com base nas diretrizes do Comitê Gestor do PPV. Tais órgãos trabalham de forma integrada e territorializada, sobretudo nas AIS, sendo fundamentais tanto para a repressão qualificada da violência quanto para a implementação de ações de prevenção.



Nesse contexto, a Polícia Militar de Pernambuco é responsável pelo policiamento ostensivo, com foco na prevenção e na repressão imediata à criminalidade, além de atuar na contenção de distúrbios civis e na garantia da ordem pública. Já a Polícia Civil realiza a investigação criminal, com ênfase na elucidação de homicídios, contando com departamentos especializados, como o DHPP, além da Polícia Científica, que presta apoio técnico por meio da perícia forense e da produção de provas materiais. O Corpo de Bombeiros Militar, por sua vez, atua na proteção civil, contribuindo para a segurança da população em situação de emergência.

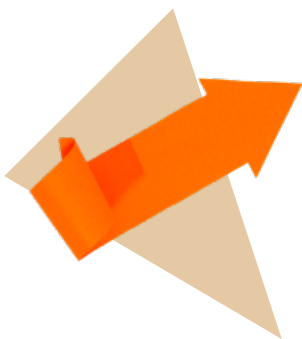
Além da execução, tais instituições contribuem para a produção de dados confiáveis, através do monitoramento de indicadores e cumprimento de metas do programa. Além disso, elas desfrutam de presença regular nas instâncias de gestão do PPV, como o Núcleo de Gestão por Resultados (NGR), as Câmaras Técnicas e o Comitê Gestor. A articulação interinstitucional é fundamental para o funcionamento do modelo de governança integrado que caracteriza o programa.

Por fim, o suporte técnico-operacional para o funcionamento do programa é fornecido pelo NGR, vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão. O Núcleo tem como função coordenar o planejamento estratégico das ações, assegurar o monitoramento sistemático dos indicadores e produzir análises que orientem a tomada de decisão baseada em evidências. Isso envolve a organização dos recursos alocados ao programa, o acompanhamento das metas e atividades, a checagem e consolidação dos dados, bem como a elaboração de relatórios e apresentações para divulgação dos resultados. Além de acompanhar tecnicamente as reuniões do Comitê Gestor e das Câmaras Técnicas, o NGR atua na elaboração e suporte à implementação de novas ações.



A segurança pública não se resume à atuação da Polícia, do Ministério Público e do Judiciário. É preciso enfrentar as causas estruturais, como a desigualdade social, garantindo educação de qualidade e oportunidades de emprego. Sem reduzir essas desigualdades, não é possível alcançar avanços duradouros.

Alessandro Carvalho, Secretário Estadual de Defesa Social do Governo de Pernambuco



RESULTADOS

Entre 2007 e 2014, Pernambuco registrou uma expressiva redução (32,1%) na taxa de homicídios, passando de 55,1 para 37,1 mortes por 100 mil habitantes. A diminuição foi ainda mais significativa em grupos populacionais historicamente expostos à violência: entre jovens de 12 a 29 anos, a queda foi de 35,5%; entre pessoas negras, de 38,1%; e entre mulheres, de 18,2% (IBGE, 2025). No mesmo

período, também foi observada uma redução de 14% nos Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP), indicando impactos positivos do programa sobre diferentes dimensões da violência urbana (Pernambuco, 2014).

Além da redução nos indicadores criminais, o Pacto pela Vida promoveu avanços na responsividade do Estado. Houve maior presença das forças de segurança em territórios críticos, aumento da eficiência na instauração e conclusão de inquéritos com identificação de autoria, maior agilidade no cumprimento de mandados e integração mais efetiva entre órgãos do sistema de justiça e segurança pública. Também se destacam os esforços na área de prevenção, como a implantação do Programa Atitude em 2011, voltado ao acolhimento de usuários de drogas e seus familiares, fortalecendo o eixo social do pacto (Pernambuco, 2014).

Como reconhecimento pelos resultados positivos, o programa recebeu o Prêmio Internacional da ONU na categoria Melhoria na Entrega de Serviços Públicos e o Prêmio "Governarte – A Arte do Bom Governo", do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na categoria Governo Seguro – Boas Práticas em Prevenção do Crime e da Violência (Sapori, 2014).

Entre 2007 e 2013, a governança integrada da polícia e a definição de estratégias de dissuasão no âmbito do programa foram cruciais para a redução dos homicídios nas áreas mais violentas do estado (Ratton, Daudelin, 2018). No entanto, a dissolução da capacidade de governança integrada e o consequente desmantelamento da capacidade de dissuasão, voltada principalmente para a redução de homicídios e crimes contra a vida, explicam o aumento dos crimes violentos intencionais observado desde 2014 (idem, 2018).

É verdade que a literatura aponta que os efeitos positivos do programa foram limitados no tempo e não isentos de tensões. De acordo com Oliveira (2023), embora os dados confirmem uma redução efetiva dos homicídios entre 2008 e 2013, a queda não foi suficiente para colocar o estado abaixo da média nacional. Em 2013, mesmo no ponto mais baixo da série, a taxa de homicídios em Pernambuco (33,6 por 100 mil) ainda supera a média do país (27,8). A partir de 2014, os homicídios voltaram a crescer, atingindo em 2017 o patamar de 57,3 por 100 mil, o maior da série histórica estadual. O autor destaca ainda que a implementação do Pacto pela Vida foi acompanhada de fenômenos preocupantes: crescimento das mortes causadas por agentes do Estado, ampliação do

encarceramento por delitos não letais, agravamento da superlotação prisional e aumento dos casos de homicídios não esclarecidos. Tais efeitos colaterais reforçam a importância de se considerar os limites e contradições de políticas baseadas em metas criminais e gestão por resultados.

Entre os principais desafios enfrentados pelo programa apontados pelo secretário Defesa Social, estão a limitação orçamentária da segurança pública estadual, agravada por cortes significativos desde 2012, e a superlotação do sistema prisional. Carvalho também chamou atenção para a dificuldade de planejar ações a partir de dados estatísticos confiáveis, apontando que a qualidade ainda é um obstáculo à tomada de decisão. Outro desafio persistente é a baixa institucionalização do planejamento municipal em segurança pública. Segundo o secretário, muitos municípios ainda tratam o tema como responsabilidade exclusiva do estado, sem planos próprios ou ações preventivas mínimas.

Em suma, o Pacto pela Vida obteve conquistas relevantes no curto prazo, articulando repressão qualificada e prevenção social em uma estratégia de gestão integrada. Contudo, os desafios de sustentabilidade, equilíbrio entre direitos e segurança, e enraizamento institucional seguem como pontos centrais para a avaliação crítica da política.



PONTOS DE DESTAQUE

O PPV marcou uma inflexão na política de segurança pública pernambucana ao propor uma governança integrada, definição de metas e uma abordagem intersetorial. O programa é reconhecido como uma experiência inovadora por alinhar esforços repressivos, preventivos e de ressocialização, combinando indicadores de desempenho, incentivos financeiros e controle social. Entre 2007 e 2014, alcançou reduções significativas na taxa de homicídios e nos CVP, com efeitos mais

expressivos entre jovens, pessoas negras e mulheres. A redução foi atribuída à maior presença estatal em territórios vulneráveis, à integração entre órgãos de segurança e justiça e à adoção de mecanismos de gestão por resultados.

Contudo, a sustentabilidade dos ganhos revelou-se limitada. A partir de 2014, as taxas de homicídio voltaram a crescer, atingindo, em 2017, o maior patamar da série histórica (57,3 por 100 mil). A literatura aponta que, mesmo no ponto mais baixo, Pernambuco manteve índices acima da média nacional, evidenciando limitações estruturais. Observa-se também que o modelo de gestão, embora institucionalizado, enfrenta desafios para manter coerência e efetividade diante de mudanças políticas e conjunturais. A dependência de incentivos financeiros atrelados a metas pode gerar pressões por resultados quantitativos, nem sempre acompanhados de avanços qualitativos na segurança e no acesso à justiça.

A análise evidencia ainda tensões inerentes ao equilíbrio entre repressão e prevenção. O foco nos CVLIs favoreceu o fortalecimento de setores como o DHPP, embora tenha coexistido com o crescimento das mortes causadas por agentes do Estado, o que suscita questionamentos sobre a legitimidade do uso da força. No eixo social, ainda que o Programa Atitude e outras iniciativas de prevenção tenham ampliado a presença estatal em áreas vulneráveis, os esforços mostraram-se insuficientes para enfrentar determinantes estruturais da violência, como desigualdade, exclusão social e ausência de oportunidades para jovens.

A arquitetura de governança multissetorial foi um dos pilares que conferiu legitimidade para replicação e capacidade de coordenação do programa. No entanto, a manutenção dessa integração depende da estabilidade institucional e do engajamento contínuo dos atores envolvidos, o que constitui um desafio em contextos de instabilidade política.

Em síntese, o PPV consolidou uma agenda inovadora de gestão da segurança pública, conhecido nacional e internacionalmente por seus impactos positivos mensuráveis. Contudo, a trajetória do programa revela que a redução sustentada da violência exige avanços para além do desempenho policial, incorporando políticas sociais, participação social efetiva e medidas estruturais para reduzir desigualdades.



RS SEGURO

(RS)

FICHA TÉCNICA

Território

Estado do Rio Grande do Sul

Ano de implementação

2019

Órgãos envolvidos

Gestão de Estatística em Segurança, Brigada Militar, Polícia Civil, Instituto Geral de Perícias, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Segurança Pública, Poder Judiciário, Secretaria Estadual da Administração Penitenciária.

Crítérios de seleção

Replicabilidade e Resultados e Impacto

Eixos contemplados

Repressão qualificada

Intersetorialidade

Foco em grupos vulneráveis

Prevenção

Evidências



Se alguma coisa não está dando certo com a questão da criminalidade e da violência, a polícia militar e a polícia civil têm que resolver. Isso está no senso comum: a imprensa fala sobre isso ou mesmo especialistas, quando, na verdade, o fenômeno é extremamente complexo e depende de diversos fatores. (...) Por isso o programa, quando foi lançado em 28 de fevereiro de 2019, não falava só de segurança pública; ele fala de quatro eixos.

Antônio Padilha, Secretário Executivo do RS Seguro

No Rio Grande do Sul, foi implementado em 2019 o programa RS Seguro. Baseado em uma gestão por resultados, tem como estratégia a transversalidade para a segurança pública do estado e se fundamenta no tripé gerencial: integração, inteligência e investimento. Tem por premissa o reconhecimento de que o fenômeno da violência é multifacetado e aposta em quatro eixos de atuação diversos: (i) combate ao crime; (ii) políticas sociais preventivas e transversais; (iii) qualificação do atendimento ao cidadão; (iv) sistema prisional.



O Secretário Executivo do RS Seguro, Alexandre Padilha, destacou que parte do contexto que levou ao desenvolvimento do projeto se relacionava às projeções de redução da população do Rio Grande do Sul. Segundo ele, desde 2017 a população economicamente ativa do estado é a menor das regiões Sul e Sudeste. Some-se o dado aos altos custos econômicos da criminalidade já apontados em relatórios publicados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com isso, o RS Seguro foi desenvolvido como um projeto focado na preservação da vida, especialmente da população jovem.

O programa procura seguir um modelo de gestão integrada intergovernamental incorporando, em sua execução, agentes da União, estado e municípios, além de outros poderes, a iniciativa privada e a sociedade civil. De acordo com Duarte e Quadrado (2024), RS Seguro surge como reforço da política de segurança pública do estado, que já vinha apostando na gestão integrada de agentes de diversos órgãos municipais e estaduais por meio de decretos promulgados nos anos anteriores a sua implementação (Decretos Estaduais 53.506/2016, 54.230/2018 e 54.429/2018).

Desde de março de 2022, o programa é coordenado pelo Gabinete do Governador e possui três níveis de gerenciamento: (i) um comitê executivo, composto por secretários de Estado para acompanhamento das metas gerais do programa; (ii) uma câmara técnica com a incumbência de definir planos de ação e acompanhar resultados, dividida nos setores da educação, segurança pública, esporte, cultura e lazer, saúde e justiça, trabalho, desenvolvimento e assistência social; e (iii) comitês de gestão local para acompanhar a implementação nos municípios e bairros contemplados (Ascom, 2022)

O eixo de combate ao crime é o que possui maior grau de pormenorização das estratégias de ação. Seus objetivos são: fortalecer a repressão de homicídios aumentando a resolutividade dos crimes junto às instituições do Sistema de Justiça Criminal; repressão ao tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro, crime organizado e crimes patrimoniais com violência; implementação de política de controle de armas de fogo; qualificação do inquérito policial e modernização e promoção de agilidade nas perícias.





Junto ao eixo 2, de combate ao crime, este eixo tem por premissa o foco territorial como forma de redução dos índices locais de violência.

A partir de uma metodologia escalonada que levou em consideração o número de habitantes do município e suas taxas de homicídio, foram selecionados dezoito municípios para integrar a primeira etapa do projeto. Depois, em 2020, já com alguns resultados decorrentes do primeiro ano de implementação do programa, o número de municípios foi alargado para 23, com base na incidência de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). Segundo informações oficiais, os municípios participantes concentram 49% da população do estado, 72,2% das mortes violentas, 91% dos roubos de veículos e quase 90% dos roubos a pedestres.

Definidos os municípios prioritários, a Gestão de Estatística em Segurança (GESeg) ficou responsável por realizar e acompanhar mensalmente o monitoramento de quatro indicadores. Três deles são analisados em todos os municípios selecionados, e apenas um é definido conforme a realidade local da cidade. Os indicadores comuns dos 23 municípios são: CVLI, roubo de veículos e roubo a pedestres. Os indicadores locais, por sua vez, são: roubo a estabelecimento comercial e de ensino; roubo a residência; roubo a transporte coletivo e furto de veículos.

O monitoramento mensal da GESeg efetua também análise dos pontos de atenção para posterior elaboração de estratégias, sendo pensado de forma intergovernamental, a fim de fundamentar ações e reuniões entre os agentes envolvidos com o programa.

Os chamados ciclos mensais de análise passam por quatro instâncias. Começando nas unidades operacionais das cidades participantes (denominadas de reuniões A4), passam pelas reuniões entre os municípios (denominada de A3) até as reuniões A2, realizadas mensalmente pelo Colegiado da Segurança; por fim, chega-se às reuniões A1 (Colegiado de Estado), também mensais, nas quais os planos de ação são validados pelo Governador, Vice-governador e Secretário de Segurança Pública.

Alexandre Padilha ressaltou que os calendários de reuniões periódicas são pré-definidos em todos os níveis e informados a todos os órgãos e agentes envolvidos. Segundo ele, para as reuniões A1, o Colegiado convoca gestores de alguns dos municípios para se apresentarem ao Governador e ao Secretário de Segurança Pública do Estado. Os gestores municipais são chamados tanto para apontar casos de boas práticas e de redução dos índices — com foco na troca de experiências de sucesso com os outros gestores —, como para informar eventuais dificuldades ou pontos de atenção encontrados na permanência dos indicadores (obrigatórios ou locais).

Essa forma de monitoramento envolve agentes dos mais diversos órgãos públicos, desde a Brigada Militar, a Polícia Civil, o Instituto Geral de Perícias e o Corpo de Bombeiros, passando por gestores municipais e integrantes do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, até chegar ao Governo do Estado. Garante-se, com isso, uma avaliação permanente e integrada acerca da implementação do programa. O Secretário Alexandre Padilha ressaltou ainda o efeito de integração e de formulação de estratégias comuns que o ciclo de agendas e monitoramento constante promoveu entre órgãos, algo que, antes da sua implementação, não permitia canal efetivo de comunicação.

O segundo eixo do programa trata das políticas sociais preventivas e transversais. Possui foco territorial e abrange 83 bairros e 196 escolas dentro dos 23 municípios selecionados. Seus objetivos estão especialmente voltados para problemas relativos à educação, como evasão escolar, adequação da idade-série e tempo de permanência na escola dos alunos. As estratégias giram em torno de ações de infraestrutura e urbanismo; ações de cultura, esporte e lazer com ampliação e qualificação de espaços públicos; ações de saúde através das redes de atendimento e dos programas de Estratégias de Saúde da Família e Primeira Infância Melhor; e, por último, ações de qualificação profissional e acesso ao mercado de trabalho.

Integra este eixo o RS Seguro COMunidades, lançado em 2023 pelo Governo do Estado junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur),



com assessoramento e consultoria do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IABRS). A partir da identificação, em 2023, de *hotspots* urbanos, foram definidos 44 *clusters* que representavam 29,2% dos MVI dos 23 municípios participantes. Dos 44, 17 foram escolhidos; em 8 deles, houve detalhamento do número de vítimas letais, densidade demográfica, perfil das moradias, pavimentação, saneamento, escolas, equipamentos públicos e programas sociais. Em parceria com a Unesco, o Governo do RS pretende desenvolver projetos urbanos de atendimento à população em interlocução com a comunidade, a fim de atuar sobre os índices de violência das regiões para além do uso das forças de repressão. Nesse contexto, alguns dos produtos apontados são: a Primeira Infância Melhor (PIM), a cargo da Secretaria de Saúde; as Estratégias de Prevenção à Violência Juvenil, a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Social; o Projeto Urbanístico Comunitário, sob responsabilidade da Sedur; e a Governança Local, regida pelo RS Seguro.

O terceiro eixo, por sua vez, concentra-se no atendimento ao cidadão. As ações propostas são: (i) avaliação da qualidade do atendimento; (ii) redução dos prazos para conclusão das perícias; (iii) implementação de processo de *feedback* sobre os resultados das investigações aos interessados; (iv) criação de Sistema de Registros de Ocorrências com tecnologia instalada nas viaturas; e (v) ampliação dos serviços disponibilizados na Delegacia On-line (DOL).

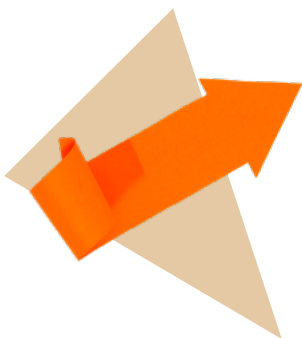


Não é possível avançar de forma consistente na segurança pública sem melhorar o sistema prisional, garantindo melhores condições nos presídios, acesso ao trabalho e à educação.



Alberto Kopittke - Instituto Cidade Segura

O quarto e último eixo refere-se ao sistema prisional e tem por objetivo reduzir o déficit de vagas e qualificar os aspectos operacionais e de gestão do sistema prisional. As atividades descritas vão desde a criação da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, com novos estabelecimentos prisionais, até a separação de detentos e implementação de sistema de acompanhamento para detentos em regime aberto e semiaberto, com vistas ao controle da reincidência.



RESULTADOS

RS Seguro tem apresentado resultados positivos na redução da violência nos municípios selecionados. A partir dos dados oferecidos pela Secretaria de Segurança Pública do estado, o relatório produzido pelo Instituto Sou da Paz apontou que os municípios selecionados pelo programa tiveram redução nas taxas de CVLI por 100.000 habitantes, passando de 32,6% em 2018 para 20,2% em 2021. A redução de CVLI e Roubo de Veículos foi também maior nos municípios selecionados quando comparados a outras regiões (Sou da Paz, 2023). Duarte e Quadrado (2024) apontaram, com base nos dados oferecidos pela Secretaria de Segurança Pública, a redução dos crimes de homicídio, latrocínio e feminicídio nos 23 municípios selecionados entre 2018 e 2020.

Em publicação oficial, o Governo do Estado apontou que houve uma redução de 33% nos CVLI nos mesmos 23 municípios entre 2019 e 2022 em comparação aos anos anteriores do programa (entre 2015 e 2018). Na capital, a redução foi de 53% (Secretaria de Comunicação).

Por fim, o relatório produzido pelo Instituto Sou da Paz indicou como resultado positivo a integração institucional. Foram realizados 41 ciclos de mo-

nitoramento, com média de 280 participantes por ciclo, com participação de todas as instituições envolvidas no programa (Sou da Paz, 2023).



PONTOS DE DESTAQUE

É possível verificar que RS Seguro é um programa de segurança pública que tem alcançado bons resultados na redução das taxas de homicídio, através de uma gestão baseada em evidências, ações estratégicas voltadas para territórios vulnerabilizados e pautadas no tripé integração, inteligência e investimento qualificado.

A governança multinível e intergovernamental dos ciclos mensais, que envolve reuniões periódicas entre as autoridades e gestores locais, Ministério Público, Judiciário até reuniões mensais com Secretários e o Governador, está aliada ao monitoramento mensal conduzido pela GEseg. Isso permite o acompanhamento de curto prazo das metas e dos índices selecionados, bem como a correção e adaptação rápida das estratégias. A avaliação permanente é um ponto forte do programa.

Além dos eixos de repressão ao crime e social, o programa também inclui um eixo relacionado especificamente ao aprimoramento e à avaliação do atendimento prestado pelas forças policiais e órgãos de justiça à população.

Como ocorre em outras ocasiões, o RS Seguro pormenoriza as formas de atuação do eixo de repressão ao crime, concedendo mais importância a uma abordagem tradicional de policiamento, apesar das inovações em termos de acompanhamento dos indicadores e definição estratégica dos territórios de atuação. O eixo 2 tem recebido um grande investimento



a partir da formulação, em 2023, do RS Seguro COMunidades, ainda em fase de implementação. Em sentido contrário, os eixos 3 e 4, focados no atendimento ao público e sistema prisional, foram pouco descritivos em termos de implementação, integração, execução e acompanhamento das estratégias. Em entrevista com o Secretário Alexandre Padilha, foi apontado o alto impacto da criação da Secretaria de Estadual de Administração Penitenciária no sentido de dar autonomia financeira e orçamentária ao quarto eixo do projeto. De acordo com o secretário, a separação da administração penitenciária do "guarda-chuva" da Secretaria de Segurança Pública foi um dos primeiros atos no âmbito do RS Seguro, o que garantiu um olhar diferenciado e recursos próprios para a questão prisional.

Oliveira *et al.* (2022) classificou o RS Seguro como um projeto de interseccionalidade plena quanto à menção expressa no programa sobre prevenção social da violência envolvendo seus diversos aspectos socioeconômicos e estabelecimento de ações concretas de prevenção. Quanto à participação da sociedade civil, a interseccionalidade do RS Seguro foi categorizada como intermediária: apesar de o programa incluir a sociedade civil, ela aparece apenas para a fase de execução, não tendo sido incorporada no planejamento. Por último, quanto à interseccionalidade com órgãos de saúde e à consideração do setor de saúde para prevenção de conflitos sociais, o artigo classifica o RS Seguro como intermediário-passivo, pois, ainda que mencione o setor de saúde, este também se encontra apenas na fase de execução, e o programa não propõe ações preventivas específicas. Tais pontos observados no artigo podem estar relacionados ao desequilíbrio visto entre os eixos do programa.

12



(CARUARU-PE)



OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO DE CARUARU

FICHA TÉCNICA

Território	Caruaru - PE
Ano de implementação	2019
Órgãos envolvidos	Prefeitura Municipal de Caruaru, Secretarias Municipais, Conselhos de Segurança, CRAS, CREAS, ESF, Polícia Civil, Polícia Militar.
Critérios de seleção	Inovação e Replicabilidade
Eixos contemplados	Intersetorialidade Foco em grupos vulneráveis Ações baseadas em evidências Prevenção

O programa Juntos Pela Segurança, iniciado em 2017 pelo governo municipal de Caruaru (PE), buscava integrar políticas públicas voltadas à prevenção da violência e fortalecer a articulação entre diferentes áreas da gestão. O programa estabeleceu a base para uma estratégia municipal de segurança pública que unisse prevenção social, repressão qualificada e cooperação entre secretarias.

Em 2019, a Comunitas, com o apoio da Open Society Foundations e o Instituto Igarapé, fortaleceu o programa com a concepção de um Observatório de Prevenção da Violência (OPV). A iniciativa incorporou a expertise em segurança pública e prevenção da violência dessas organizações, inspirando-se em experiências já consolidadas em outros territórios, como o Pacto pela Paz de Pelotas.

Formalmente instalado em março de 2020, no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SEPLAG), o OPV se tornou a instância responsável por realizar diagnósticos, desenvolver análises e propor indicadores capazes de monitorar o programa. Seu papel é estratégico: identificar padrões das dinâmicas de violência a fim de orientar políticas preventivas e subsidiar ações de repressão qualificada, apoiando o trabalho policial e fortalecendo a cooperação entre município e forças de segurança.

O diferencial do OPV em relação a outros observatórios está na coleta de dados desagregados no nível do indivíduo, o que permite gerar perfis de populações em situação de risco e destacar fatores comuns que orientam a atuação das secretarias municipais. Entre os públicos monitorados estão egressos do sistema prisional atendidos pelo Escritório Social, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, ocorrências de gravidez na adolescência e mulheres em situação de violência. Os dados são analisados mensalmente, consolidados em relatórios e publicados em Diário Oficial.

A construção do OPV foi pactuada com a administração municipal e articulou diferentes pastas e atores governamentais, como o Patronato Penitenciário de Pernambuco e o programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essa rede viabilizou a coleta de dados que identificaram padrões de vulnerabilidade — como faixas etárias e territórios críticos — e subsidiaram políticas de prevenção direcionadas.

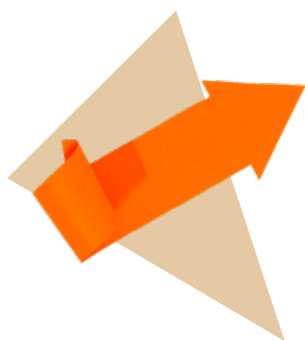
A primeira fase do projeto resultou na referida criação do OPV, em 2020. Já a segunda fase concentrou-se em apoiar o município de Caruaru na implementação da política de segurança pública, especialmente nas ações de prevenção à violência e aos homicídios, ao mesmo tempo que fortaleceu a cooperação com as forças policiais.

A experiência piloto foi realizada em territórios específicos, testando a articulação intersetorial entre diferentes equipamentos públicos. Escolas forneceram dados sobre evasão e ocorrências de violência; CRAS e CREAS compartilharam informações sobre usuários de programas e serviços; a Saúde e a Secretaria de Políticas para Mulheres enviaram registros de atendimentos. Esse fluxo consolidou uma cultura de coleta e análise de dados entre gestores e servidores locais.

Entre as ações destacadas está a prevenção à violência escolar, realizada em parceria com o programa Escola Pela Paz, da Secretaria de Ordem Pública (SECOP). O OPV monitora casos de risco e garante que situações de negligência, violência ou maus-tratos contra crianças e adolescentes sejam comunicadas às famílias e autoridades competentes, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A governança é reforçada pelo Comitê Territorial de Prevenção à Violência, responsável por articular secretarias em um fluxo intersetorial de coleta e análise de dados. A estratégia vem sendo expandida gradualmente, indicando institucionalização. Adicionalmente, Caruaru criou o Comitê de Segurança, com pontos focais em cada secretaria, para garantir padronização de processos e comunicação eficiente.

A participação ativa de conselhos e organizações locais conferiu legitimidade ao projeto, e o desenho intersetorial produziu resultados concretos, tais como: fortalecimento da capacidade municipal de gestão de políticas de prevenção; produção de dados estratégicos sobre homicídios e vulnerabilidades; e integração entre serviços públicos e políticas sociais, possibilitando intervenções direcionadas e efetivas. O modelo, reconhecido por sua inovação, governança intersetorial e uso de dados desagregados, tornou-se referência nacional, com alto potencial de replicabilidade em outros municípios brasileiros.



RESULTADOS

O OPV de Caruaru tinha por objetivo alterar a produção de informação para orientar a política de prevenção da violência e usar essa informação para construir um atendimento integral de indivíduos em situação de risco à violência. O programa também foi bem-sucedido em estabelecer

uma rotina de coleta de dados que gera informações valiosas para a atuação dos servidores. Isso não só aumentou o volume e a confiabilidade dos dados ao longo do tempo, como também fez com que o Comitê Territorial entendesse e aplicasse tais informações em suas decisões. Como resultado concreto, a iniciativa permitiu monitorar a efetividade de encaminhamentos intersetoriais, venceu a resistência à digitalização, criando ferramentas mais assertivas para políticas públicas, e identificou, através da análise de dados, a carência de profissionais na educação.



PONTOS DE DESTAQUE

Juntos Pela Segurança consolidou-se como uma iniciativa inovadora ao integrar políticas públicas municipais voltadas à prevenção da violência, com foco na articulação intersetorial e no uso estratégico de dados. Com a criação do OPV, vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), o órgão ficou responsável por produzir diagnósticos robustos e identificar padrões de vulnerabilidade a partir da coleta de dados desagregados em nível individual. Tal abordagem permitiu mapear públicos prioritários e orientar ações preventivas específicas e efetivas.

Destaca-se a construção de uma cultura de coleta e uso de dados entre os servidores, com relatórios mensais que passaram a subsidiar a tomada de decisão em territórios pilotos, como o TGS-5. O OPV impulsionou ainda a digitalização de processos, como o formulário de atendimento da Secretaria de Políticas para Mulheres, permitindo a identificação automatizada de graus de risco. Além disso, a iniciativa fortaleceu a governança colaborativa por meio do Comitê Territorial, que articulou diferentes secretarias e equipamentos públicos, resultando em avanços concretos, como a expansão do número de profissionais de atendimento psicossocial na educação (de 8 para 22), com base na mensuração de demandas.

O modelo foi reconhecido por sua capacidade de replicabilidade e tornou-se referência na promoção de uma segurança pública preventiva baseada em evidências, integrando de forma pioneira ações de educação, saúde, assistência social e políticas para mulheres em um fluxo intersetorial eficiente.



PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA



(NITERÓI-RJ)

FICHA TÉCNICA

Território

Niterói (RJ)

Ano de implementação

2018

Órgãos envolvidos

Guarda Civil Municipal, Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), Observatório Municipal de Segurança Pública

Critérios de seleção

Inovação e Replicabilidade, Resultados e Impacto

Eixos contemplados

Repressão qualificada

Foco em grupos vulneráveis

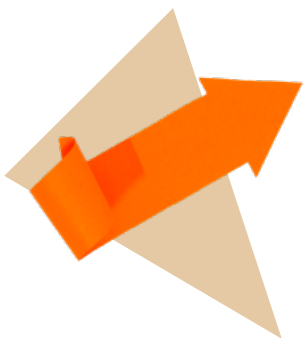
Inspirado no Pacto Pelotas pela Paz, o Pacto Niterói contra a Violência foi criado em 2018 com o objetivo de enfrentar o aumento da criminalidade no município fluminense. Com apoio da Comunitas e parceria técnica do Instituto Cidade Segura e da Argumento Análise, o projeto adotou uma abordagem multidisciplinar e baseada em evidências.

Com isso, atua em quatro frentes. A primeira está focada na prevenção social e tem por objetivo a promoção de ações intersetoriais integradas para intensificação dos fatores de proteção e redução dos fatores de risco à violência. Volta-se especialmente para crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social. Integra a frente o programa Escola da Família, que busca promover a participação ativa das famílias no processo educacional. Aposta-se também em formação e capacitação de professores, com ênfase no desenvolvimento de habilidades socioemocionais. E, por último, é promovida a atuação junto a egressos do sistema prisional para promover a capacitação e o direcionamento para o mercado de trabalho, buscando fomentar a reinserção social.

A segunda frente se relaciona ao policiamento e à justiça, cujo objetivo é implementar ações permanentes de policiamento, integrando as Forças de Segurança Federais, Estaduais e Municipais, junto ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. Suas ações giram em torno do fortalecimento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e do Observatório Municipal de Segurança Pública para produção de relatórios de indicadores criminais. Através dos dados produzidos, o objetivo é elaborar estratégias e políticas de ação em segurança. A frente conta ainda com diversos programas, como o incentivo à entrega voluntária de armas de fogo pela população, reduzindo a circulação de tais objetos e, consequentemente, diminuindo a violência; a implementação de disque-denúncia; o reforço no policiamento; e a elaboração de planos de integração entre as forças policiais.

A terceira frente é, por sua vez, desenvolvida no âmbito da fiscalização administrativa. Capacitações para a Guarda Municipal e construção de espaços para mediação de conflitos, como ameaça, calúnia, injúria, difamação, poluição sonora (som alto), pensão alimentícia, cobrança de dívida, entre outros, são algumas das ações desenvolvidas.

Por último, a quarta frente realiza a ação territorial integrada. O objetivo é promover ações de urbanismo e prevenção secundária para jovens, com foco em territórios vulneráveis. Uma das principais ações é o oferecimento de benefício socioassistencial no valor de R\$750,00, por até dez meses, para jovens selecionados pelo programa.



RESULTADOS

O Pacto Niterói alcançou importantes resultados entre 2018 e 2024. Homicídios dolosos tiveram queda de 68% e tentativas de homicídio caíram 32%. Os roubos a transeuntes caíram 67,8% e houve queda de mais de 80% em crimes como roubo de veículos, roubos à residência, roubos em coletivos, de carga e de comércios. Para além das taxas de criminalidade, 54 mil jovens já foram atendidos ou estão em atendimento nas iniciativas levadas a cabo pelo programa, e mais de 150 espaços públicos foram recuperados.

Determinados os resultados positivos, o Pacto Niterói foi renovado pela prefeitura com o assessoramento técnico do Instituto Cidade Segura. Entre 2025 e 2030, serão elaboradas e aprofundadas as estratégias de segurança pública baseadas em evidência, prevenção e participação social. As reuniões temáticas e assembleias nas comunidades deste novo ciclo terão por objetivo atualizar as demandas da população e os desafios atuais em interlocução com a sociedade civil, especialmente moradores e organizações.



PONTOS DE DESTAQUE

A implementação de parcerias público privadas depende da possibilidade de visão compartilhada sobre os problemas e formas de atuação estratégica em um processo que extrapola as técnicas administrativas e de governança, tocando também em questões de cunho político e social.

Assim como em outros casos, em Niterói, a visão compartilhada foi central para a superação da fragmentação inicial entre as áreas de segurança pública, que operavam isoladamente. Nesse sentido, os resultados têm sido positivos na melhoria da vida da população. As discussões e formação de comitês de gestores e médias lideranças permitiram a construção de soluções coletivas e o fortalecimento das conexões entre os diferentes operadores de segurança pública e a população para a construção do Pacto. A clareza dos papéis e das responsabilidades foi fundamental para o sucesso da elaboração.



CENTRAL DE INTELIGÊNCIA, VIGILÂNCIA E TECNOLOGIA DE APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA (CIVITAS).

FICHA TÉCNICA

Território

Município do Rio de Janeiro.

Ano de implementação

2024

Órgãos envolvidos

Secretaria Municipal da Casa Civil.

Critérios de seleção

Inovação

Eixos contemplados

Tecnologia

A Central de Inteligência, Vigilância e Tecnologia de Apoio da cidade do Rio de Janeiro, conhecida como CIVITAS, é um programa implementado em 2024 por meio do Decreto municipal nº 54.602, de 3 de junho de 2024. Seu objetivo é realizar tarefas de apoio às forças de segurança através do processamento e análise de dados voltados ao monitoramento de atividades irregulares, ilegais ou criminosas. O programa concentra-se na análise de padrões e tendências com fins a prevenção, planejamento e apoio dos órgãos municipais de segurança e justiça.

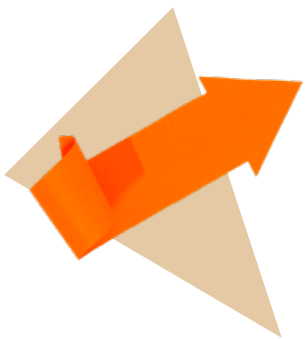
Davi Carreiro, Chefe Executivo do programa, destacou que o CIVITAS aproveita a infraestrutura avançada de dados que já existia no âmbito da Prefeitura do Rio de Janeiro, transformando-os em ferramentas para auxiliar as investigações e integrar as políticas públicas com foco na prevenção e resolução de crimes.

A Central foi alocada na Casa Civil do Município do Rio de Janeiro e funciona no Centro de Operações Rio (COR), que desde a sua inauguração, em 2010, atua no monitoramento e integração de ações públicas para reduzir o impacto de ocorrências diversas na cidade através de câmeras e sensores estrategicamente posicionados.

Segundo informações da prefeitura, a proposta do programa é contar com vinte mil câmeras inteligentes até 2028, tornando-se o maior sistema tecnológico urbano de vigilância do país. Os critérios territoriais para instalação dos equipamentos são de áreas com alta demanda de reforço policial, manchas criminais e zonas de vulnerabilidade tecnológica. Também está em planejamento a implementação do Fronteiras Digitais, que terá como objetivo controlar as fronteiras da cidade através da instalação de 56 portais de controle que possibilitarão investigar placas de veículos clonados e movimentações atípicas de

carros e pessoas suspeitas em tempo real. A principal tecnologia utilizada é a inteligência artificial IRIS, desenvolvida pela prefeitura, que possibilita o cruzamento de informações de diferentes bases a fim de detectar atitudes suspeitas, reconhecer rostos, gerar mapas de calor e agilizar investigações complexas. De acordo com o anúncio oficial, a IRIS tem capacidade de produzir análises preditivas, ou seja, antecipar novas ocorrências de crimes com base em padrões anteriores.

O CIVITAS conta com equipe multidisciplinar de matemáticos, físicos e geógrafos e opera articulando fontes diversas, como o Disque Denúncia, a Central 1746, o Instituto Fogo Cruzado, dentre outras.

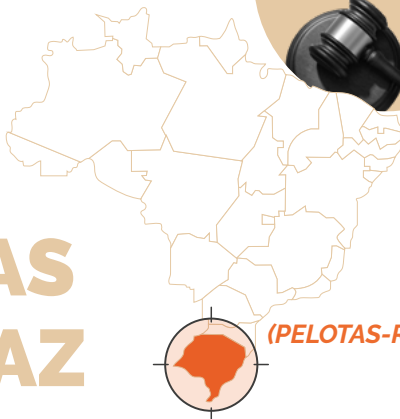


RESULTADOS

O CIVITAS é ainda um projeto de implementação recente, observado com atenção por especialistas e gestores em segurança pública do Brasil. Segundo dados publicados pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em julho de 2025, o CIVITAS contabilizou 160 mil alertas emitidos em tempo real, 6,1 milhão de leituras diárias de placas de veículos, 8 mil veículos identificados e já atuou em mais de 2 mil casos (inquéritos, investigações, operações e demais procedimento de apoio). O programa possui mais de setenta *terabytes* de dados organizados e produzidos por mais de vinte secretarias municipais em seu *Data Lake*.

15

PACTO PELOTAS PELA PAZ

**(PELOTAS-RS)**

FICHA TÉCNICA

Território

Pelotas - RS

Ano de implementação

2017

Órgãos envolvidos

Prefeitura Municipal de Pelotas, Comunitas, Instituto Cidade Segura, Brigada Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe), Instituto Geral de Perícias, Poder Judiciário, Ministério Público, Exército Brasileiro, entre outras entidades locais.

Crítérios de seleção

Inovação, Replicabilidade, Resultados e Impacto

Eixos contemplados**Intersetorialidade****Tecnologia e Prevenção**

O Pacto Pelotas pela Paz é um plano municipal de redução da violência construído pela prefeitura da cidade em parceria com a Comunitas e o Instituto Cidade Segura. Para a sua execução, adotou-se o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança (GGI), já testado em outras iniciativas semelhantes, e que reúne órgãos de policiamento, justiça, fiscalização administrativa, tecnologia e urbanismo. Com base no modelo, foi criado o Comitê Integrado de Prevenção (CIP), responsável por acompanhar a implementação das estratégias de prevenção social, estruturadas nos programas Infância Protegida, Escola da Paz, Cada Jovem Conta, Banco de Oportunidades, Segunda Chance e Justiça Restaurativa. A fim de garantir controle e participação social, foi instituído o Fórum Municipal de Segurança Pública, agregando lideranças representativas da comunidade.

Na elaboração do programa, foram priorizados quatro problemas: homicídios, roubos a pedestres, vulnerabilidade infanto-juvenil e perturbação do sossego. Consideraram-se então programas baseados em evidências científicas de efetividade em nível nacional e internacional, incluindo treinamento parental, desenvolvimento de habilidades socioemocionais no ensino infantil, identificação precoce de jovens em situação de risco, policiamento de pontos quentes, policiamento de janelas quebradas com técnicas de resolução de problemas envolvendo fiscalização municipal e dissuasão focada. O Pacto Pelotas pela Paz está estruturado em cinco frentes de atuação, cada qual com objetivos claros e exemplos de ações públicas:

No eixo de Policiamento e Justiça, o objetivo é implementar estratégias proativas e integradas de repressão e investigação de crimes. Entre as ações estão a Estratégia Viva Pelotas, que prevê remuneração por apreensão de armas de fogo portadas ilegalmente, e a pactuação entre Polícia Civil, Poder Judiciário e Ministério Público com o fim de dar celeridade e qualidade aos procedimentos ligados

à investigação de crimes. A dissuasão focada foi a estratégia escolhida para reduzir homicídios, aplicada a partir de maio de 2018, de forma integrada pelo Poder Judiciário, Polícia Civil e Polícia Militar. Além disso, foi criado um núcleo integrado de inteligência, e os líderes das principais facções criminosas foram notificados sobre punições administrativas caso os homicídios continuassem. Durante a implementação da medida, algumas lideranças foram transferidas para presídios localizados em outras cidades e tiveram os benefícios suspensos, ao passo que tiveram lugar operações da Polícia Civil contra lavagem de dinheiro e saturações pontuais da Polícia Militar.

No eixo de Fiscalização Administrativa, busca-se implementar estratégias para lidar com casos de perturbação do sossego e pequenos delitos. Uma vez por semana, todos os órgãos do Gabinete de Gestão Integrada realizam plantão integrado e conjunto, das 22h às 5h, nos locais de maior incidência de crimes, fazendo vistorias em bares, boates e veículos, além de ampliar a presença de agentes em regiões críticas da cidade.

O eixo de Tecnologia tem como objetivo implantar soluções com potencial para reduzir os índices de violência. Entre as iniciativas estão a implantação de equipamentos que aumentem a capacidade de monitoramento em locais de risco, e que auxiliem na produção de inteligência policial, bem como a criação de grupos de vizinhança via aplicativos de mensagens conectados à Central de Monitoramento do Município e à Brigada Militar.

No eixo de Prevenção Social, o objetivo é diminuir a incidência de crianças e jovens na criminalidade, garantindo direitos desde a primeira infância até a juventude. As ações incluem programas de prevenção da gravidez na adolescência pelo Programa Saúde na Escola, identificação precoce da vitimização de crianças via Programa Infância Melhor (PIM) e Estratégia Saúde da Família (ESF), além de formação contínua da rede para denunciar violações. Também se destaca a Estratégia Escola da Paz, que prevê Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (Cipaves) em todas as escolas, implantação de Grêmios Estudantis, elaboração de Planos Anuais de Prevenção da Violência, realização de Gincanas da Paz e difusão de boas práticas entre as escolas.

O eixo de Urbanismo busca implementar regras que promovam a convivência e aumentem a sensação de segurança, utilizando o conhecimento produzido pela Prevenção ao Crime através do Urbanismo (CPTED). As ações incluem alterações no Plano Diretor para estimular a convivência, melhoria de parques e praças, qualificação da iluminação pública, mobiliário urbano e implantação de quiosques, além de políticas de fachada ativa, prédios e zonas de uso misto, promovendo espaços públicos mais seguros e integrados.

O acompanhamento do programa é realizado por meio de encontros mensais, nos quais os órgãos de fiscalização, policiamento e justiça avaliam os indicadores criminais e monitoram a execução das ações no GGI. Paralelamente, os responsáveis pelas ações de prevenção analisam indicadores e projetos no CIP. Além disso, a cidade estabeleceu um Observatório Municipal de Segurança e uma Secretaria Executiva do Pacto, responsáveis pelo registro, sistematização e monitoramento contínuo das medidas implementadas.



RESULTADOS

Os resultados do Pacto Pelotas pela Paz demonstram impactos significativos: em 2024, os Mortes Violentas Intencionais (MVI) caíram 70%, preservando cerca de 255 vidas em 79 meses; também houve diminuição em 83,5% dos roubos a pedestres, assim como diminuíram os casos de violência no trânsito. Além dos resultados locais, o modelo serviu de exemplo para outros municípios, sendo replicado em Niterói (RJ), demonstrando como boas práticas de integração, monitoramento, prevenção social, tecnologia e urbanismo podem ser adaptadas a diferentes contextos a fim de reduzir a violência e melhorar a percepção da população a respeito de segurança.

Uma avaliação de impacto, usando metodologia de controle sintético, comparou Pelotas a outros municípios do Rio Grande do Sul no período de agosto de 2017 a dezembro de 2021. No Brasil, neste mesmo período, os homicídios

caíram 31%, no estado do Rio Grande do Sul 41% e, em Pelotas, 80%, passando de 120 homicídios em 2017 para apenas 23 em 2022. O estudo concluiu que o Pacto Pelotas pela Paz foi responsável pela redução geral de 9% dos homicídios e 7% dos roubos. Quando considerado apenas o período em que a dissuasão foi aplicada, a redução de homicídios chegou a 38%, demonstrando a efetividade da estratégia integrada entre Judiciário e forças de segurança.



PONTOS DE DESTAQUE

O Pacto Pelotas pela Paz se consolidou como uma experiência de gestão integrada da segurança pública em nível municipal, articulando repressão qualificada, prevenção social e urbanismo. Seu diferencial está na combinação de estratégias que reúnem resultados mensuráveis e evidências científicas já validadas com arranjos institucionais locais, como o Gabinete de Gestão Integrada e o Comitê de Prevenção, que asseguram coordenação intersetorial e acompanhamento contínuo.

A consistência dos resultados, com redução expressiva de homicídios e roubos a pedestres, evidencia o potencial das estratégias adotadas, especialmente a dissuasão focada, aplicada em articulação do Judiciário com forças policiais. Ao mesmo tempo, a institucionalização de espaços de monitoramento (Observatório Municipal e Secretaria Executiva) reforça a sustentabilidade da política, reduzindo a dependência de gestões específicas.

Entre os desafios, destaca-se a necessidade de ampliar a participação comunitária e garantir a perenidade das ações de prevenção social. Ainda assim, a replicação do modelo na cidade de Niterói demonstra adaptabilidade, reforçando a qualidade do programa como referência em políticas locais de segurança pública baseadas em evidências e governança compartilhada.

PARTE 3

Práticas Inspiradoras





CEARÁ - COMANDO DE PREVENÇÃO E APOIO ÀS COMUNIDADES (COPAC)

Cidade/Estado

Ceará

Ano de implementação

2022

Órgãos envolvidos

Polícia Militar do Ceará (PMCE).

O COPAC é uma unidade operacional especializada da Polícia Militar do Ceará que centraliza os serviços de policiamento de proximidade e prevenção sob um comando único — modelo pioneiro no Brasil. O COPAC atua com foco na proteção individualizada de pessoas, grupos e territórios vulneráveis. Sua abordagem enfatiza o uso da análise de dados e da inteligência policial para identificar áreas de maior vulnerabilidade e padrões criminais. Com base nessas informações, o comando planeja e executa ações preventivas direcionadas, como patrulhas ostensivas em áreas e horários estratégicos em rotas escolares com altos índices de violência.



O policiamento por proximidade, segundo as evidências, pode reduzir em 70% a 80% a letalidade policial. Apesar das dificuldades para garantir sua sustentabilidade, é fundamental preservar a lógica de manter presença contínua nas comunidades — não apenas por meio de operações pontuais, mas com policiamento regular e próximo da população.

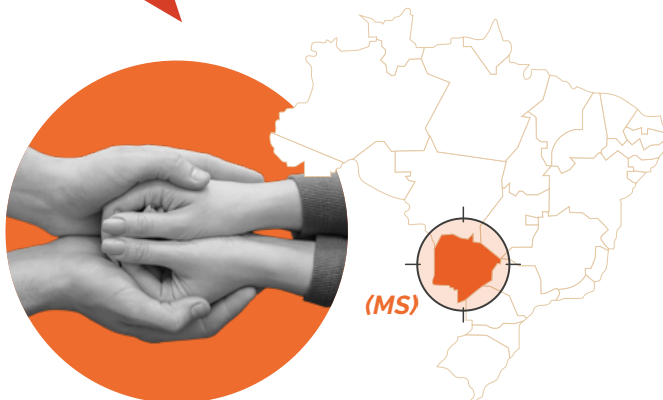
Alberto Kopittke - Instituto Cidade Segura



POR QUE FICAR DE OLHO?

Por que ficar de olho? O COPAC se destaca pelo foco específico em grupos vulneráveis (critério 3 – Foco em grupos vulneráveis), oferecendo proteção diferenciada a populações expostas a maiores riscos. Sua atuação é orientada por ações baseadas em evidências (critério 4 – Ações baseadas em evidências), usando dados e inteligência para direcionar intervenções estratégicas. Além disso, o programa incorpora uma abordagem clara de prevenção (critério 7 – Prevenção), com policiamento de proximidade focado em antecipar e reduzir a violência de forma direcionada e comunitária.

2



MATO GROSSO DO SUL - PROMUSE PROGRAMA MULHER SEGURA

Cidade/Estado

Mato Grosso do Sul

Ano de implementação

2014

Órgãos envolvidos

Polícia Militar, Delegacias Especializadas,
Secretaria de Segurança Pública.

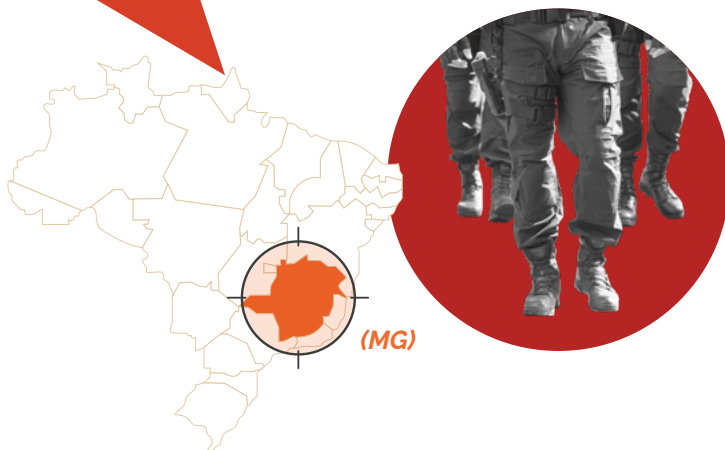
O PROMUSE é uma iniciativa de policiamento especializado voltada ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. O programa articula agentes de segurança pública com uma rede intersetorial de proteção, que inclui centros de assistência social, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e Casa da Mulher Brasileira, promovendo ações integradas de prevenção, monitoramento e proteção às vítimas. As ações combinam campanhas educativas, fiscalização de medidas protetivas, visitas técnicas e a elaboração de planos de segurança individualizados, garantindo acompanhamento contínuo às vítimas durante o prazo das medidas protetivas. Em 2023, o programa ampliou seu alcance com o PROMUSE Indígena, direcionado para mulheres indígenas vítimas de violência.



POR QUE FICAR DE OLHO?

O PROMUSE destaca-se por sua intersetorialidade, articulando segurança pública e políticas sociais para ampliar a rede de proteção às mulheres (critério 1 – Intersetorialidade). Além disso, enfatiza-se a proteção de um grupo vulnerável específico, mulheres vítimas de violência doméstica (critério 3 – Foco em grupos vulneráveis), e adota-se uma abordagem preventiva, com ações educativas, acompanhamento constante e mediação, buscando reduzir fatores de risco além da repressão policial (critério 7 – Prevenção). A combinação faz do PROMUSE uma prática com potencial para inspirar políticas similares em outros contextos.

3



MINAS GERAIS - IGESP INTEGRAÇÃO E GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Cidade/Estado

Minas Gerais

Ano de implementação

2005

Órgãos envolvidos

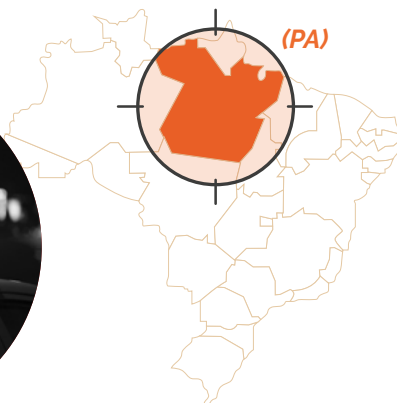
SEJUSP, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Departamento Penitenciário.

Promover a integração entre polícias e demais órgãos de segurança para reduzir crimes contra a pessoa e crimes patrimoniais, com base nos princípios da gestão para resultados, gestão em rede e policiamento orientado por problemas, priorizando ações de prevenção. Inspirado no modelo norte-americano COMPSTAT, adota um padrão territorial preditivo apoiado em evidências científicas de redução de crimes. Sua metodologia inclui a identificação e intervenção em "zonas quentes de criminalidade" (heatmaps), permitindo o direcionamento estratégico de recursos e a coordenação integrada de operações para maior efetividade no enfrentamento da violência.



POR QUE FICAR DE OLHO?

O IGESP combina integração entre órgãos de segurança pública (critério de intersetorialidade), adoção de modelos inovadores inspirados no COMPSTAT (critério de inovação e replicabilidade) e uso sistemático de dados e mapas de calor para orientar ações (critério de ações baseadas em evidências). Ao focar na gestão por resultados e na atuação em "zonas quentes" de criminalidade, o programa oferece um modelo com potencial de replicação em outros estados.



TERRITÓRIOS PELA PAZ – TERPAZ

Cidade/Estado

Pará

Ano de implementação

2019

Órgãos envolvidos

Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário.

O TerPaz busca implementar políticas públicas integradas e territorializadas para promover segurança, cidadania e redução da violência em áreas de alta vulnerabilidade social. Um dos principais eixos do programa são as Usinas da Paz, grandes centros comunitários multifuncionais voltados para juventude e famílias, que oferecem atividades esportivas, culturais, educacionais e capacitação profissional.



POR QUE FICAR DE OLHO?

O TerPaz destaca-se pela sua intersetorialidade (critério 1 – Intersetorialidade), envolvendo diversos órgãos públicos, como segurança, justiça e assistência social para uma abordagem integrada da segurança pública. Também apresenta potencial de inovação e replicabilidade (critério 2 – Inovação e replicabilidade) ao estruturar um modelo territorializado que alia espaços comunitários multifuncionais a políticas de segurança. O programa tem foco em grupos vulneráveis (critério 3 – Foco em grupos vulneráveis), priorizando juventude e famílias em territórios de risco. Por fim, sua estratégia inclui ações de prevenção (critério 7 – Prevenção), ao promover a inclusão social e fortalecer vínculos comunitários para reduzir os fatores que geram violência.

5



PIAUÍ - BO FÁCIL

Cidade/Estado

Piauí

Ano de implementação

2025

Órgãos envolvidos

Secretaria de Segurança Pública do Piauí,
Universidade Federal do Piauí (UFPI), Centro
Integrado de Comando e Controle (CICC).

O BO Fácil é uma iniciativa que visa ampliar o acesso da população ao registro de boletins de ocorrência e denúncias utilizando o WhatsApp. O programa utiliza inteligência artificial para facilitar a comunicação, emitir protocolos automaticamente e modernizar o atendimento policial, tornando-o mais ágil, eficiente e acessível. A parceria entre a Secretaria de Segurança Pública do Piauí, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) reforça a integração entre tecnologia e gestão pública a fim de aprimorar os serviços de segurança.



POR QUE FICAR DE OLHO?

O BO Fácil destaca-se pela componente de inovação tecnológica (critério 2 – Inovação e replicabilidade), ao utilizar inteligência artificial e canais digitais para facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços policiais, reduzindo barreiras e burocracias. Além disso, apoia-se no uso estratégico de tecnologias para gestão e atendimento (critério 5 – Tecnologia), com potencial para modernizar o sistema de segurança pública e ampliar a transparência e eficiência no atendimento às demandas da população. Esse modelo pode inspirar replicação em outros estados ou municípios que busquem soluções tecnológicas para melhorar a relação entre polícia e comunidade.



SÃO PAULO - PROCESSOS DE DESMANCHE

Cidade/Estado

São Paulo

Ano de implementação

2014

Órgãos envolvidos

DETRAN-SP, Polícia Civil, Secretaria de Segurança Pública (SSP-SP); Prefeituras Municipais.

Com a instituição da Lei Nº 15.276/2014, o estado de São Paulo passou a adotar um modelo padronizado e fiscalizado para a desmontagem de veículos e a comercialização de peças usadas. O processo inicia-se com o credenciamento obrigatório das empresas no sistema estadual e a

implantação de mecanismos de rastreabilidade para cada peça retirada. Somente estabelecimentos autorizados podem adquirir sucatas provenientes de leilões, e cada etapa do processo — da entrada do veículo ao destino das peças — é registrada e monitorada por órgãos de fiscalização. A estrutura visa eliminar a circulação de peças de origem ilícita, desarticulando a cadeia que liga o roubo e o furto de veículos ao abastecimento do mercado informal de autopeças.



POR QUE FICAR DE OLHO?

A Lei do Desmanche de São Paulo demonstra como a regulação e a fiscalização de mercados ilegais podem gerar resultados expressivos na redução de crimes contra o patrimônio. Entre 2014 e 2021, o estado registrou queda consistente de 49% nas notificações de subtração de veículos, resultado atribuído à criação de mecanismos de rastreabilidade das peças, que permitiram fiscalização estatal sobre toda a cadeia de valor — desde galpões de desmontagem até lojas de revenda cadastradas, que passaram a ter exclusividade na compra de sucatas em leilões. Estudos apontam que a regulamentação efetiva do mercado de autopeças usadas reduziu significativamente o roubo e o furto de veículos, especialmente na região metropolitana, justamente ao diminuir a demanda por veículos destinados ao desmanche ilegal. O caso evidencia o papel estratégico das instituições e do sistema legal na redução de incentivos econômicos para a prática de crimes.



NITERÓI - CERCAMENTO ELETRÔNICO INTELIGENTE

(NITERÓI-RJ)

Cidade/Estado

Niterói/RJ

Ano de implementação

2019

Órgãos envolvidos

Prefeitura de Niterói, Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP), Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), Polícia Militar, Polícia Civil.

O Cercamento Eletrônico Inteligente é um sistema de microcerco que integra 522 dispositivos e 120 câmeras equipadas com tecnologia de leitura automática de placas (OCR) e análise comportamental baseada em inteligência artificial. O sistema permite a identificação em tempo real de

veículos roubados, furtados, clonados ou envolvidos em atividades criminosas, gerando alertas imediatos para a rápida mobilização das forças de segurança. A iniciativa promove a prevenção de delitos, apoia investigações e amplia a recuperação de veículos e cargas, fortalecendo a atuação integrada entre órgãos municipais e estaduais de segurança pública.



POR QUE FICAR DE OLHO?

O programa se destaca por sua forte componente de inovação tecnológica e potencial replicabilidade (critério 2 – Inovação e replicabilidade), utilizando inteligência artificial e sistemas avançados para otimizar o monitoramento e a resposta policial. Apoia-se em ações baseadas em evidências (critério 4 – Ações baseadas em evidências), com monitoramento em tempo real e análise de dados para direcionar estratégias de segurança. A utilização intensiva de tecnologias (critério 5 – Tecnologia) visa ampliar a capacidade operacional das forças de segurança. Além disso, ao focar na prevenção (critério 7 – Prevenção) e na integração de órgãos, o programa contribui para a redução da criminalidade.



A tecnologia de cercamento eletrônico com leitores de placas e análise de padrões comportamentais é, hoje, uma das soluções com melhor relação custo-benefício para a segurança pública.

Alberto Kopittke - Instituto Cidade Segura



AGRADECIMENTOS

A Comunitas agradece às lideranças públicas e especialistas que contribuíram para o desenvolvimento da publicação *Boas Práticas em Segurança Pública*. Estendemos nosso reconhecimento a todos os territórios que vêm construindo e implementando políticas de sucesso, mostrando que a replicabilidade é possível e transformadora.

Agradecemos também aos gestores públicos que, com coragem e compromisso, assumem diariamente a responsabilidade de transformar realidades e melhorar a vida em seus territórios.

Por fim, registramos nossa gratidão à Open Society Foundations, que apoia a Comunitas no desenvolvimento de ações em segurança pública, fortalecendo nossa capacidade de gerar impacto positivo em escala nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. "Governo federal vai incorporar ação do Piauí contra roubo de celulares". Brasília: EBC, 13 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-08/governo-federal-vai-incorporar-acao-do-piaui-contraroubo-de-celulares>. Acesso em: 5 set. 2025.

ANJOS JUNIOR, O. R. DOS; PORCINO, M. M. "Violência contra mulheres na Paraíba: enfoque para os casos de homicídios no período entre 2011 e 2017". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 74–91, 2021. DOI: 10.31060/rbsp.2021.v15.n1.1110. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1110>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Pacto Pelotas pela Paz – Brasil. Washington, DC: BID, [s.d.l.]. Disponível em: <https://plataformadeevidencias.iadb.org/pt-br/casos-avaliados/pacto-pelotas-pela-paz-brasil>. Acesso em: 5 set. 2025.

BEATO, C. Compreendendo e avaliando projetos de segurança pública. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BIONDI, K. "Ecologia humana, gestão urbana e segurança pública: uma reflexão sobre o pacto pela paz no estado do Maranhão". *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Unifap*, n. 17, v. 3, 2024.

BITTENCOURT, M. B. "Segurança pública e homicídios intencionais: fatores socioeconômicos e políticas públicas no Espírito Santo (1980-2022)". *Dilemas: Revista De Estudos De Conflito E Controle Social*, 18(1), 2025, p. e63683. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v18.n1.63683>.

CANO, I.; ROJIDO, E. Mapeo de Programas de Prevención de Homicidios en América Latina y el Caribe. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

CEARÁ (ESTADO). Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. Ceará tem diminuição de 16,6% nos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) no 1º semestre. Fortaleza: SSPDS, 14 jul. 2025. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2025/07/14/ceara-tem-diminuicao-de-166-nos-crimes-violentos-letais-intencionais-cvlis-no-1o-semester/>. Acesso em: 5 set. 2025.

CEARÁ (ESTADO). Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. Metas Integradas de Segurança Pública – MISP. Fortaleza: SSPDS, 2025. Disponível em: <<https://www.sspds.ce.gov.br/misp/>>. Acesso em: 5 set. 2025.

CERQUEIRA, D. et. al. Uma Avaliação de impacto de política de segurança pública: o Programa Estado Presente do Espírito Santo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/5910e6b-2-3ede-4657-9350-342249fb644d/content>. Acesso em: 5 set. 2025.

CIDADES SUSTENTÁVEIS; COMUNITAS. Juntos pela Segurança. São Paulo: Rede Cidades Sustentáveis, 2024.

COMUNITAS. Comunitas lança cartilha com casos transformadores de segurança pública no Brasil. São Paulo: Comunitas, 2024.

COMUNITAS. Caruaru (PE) atinge menor índice de homicídios dos últimos 18 anos. São Paulo: Comunitas, 2024.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 6.456, de 26 de dezembro de 2019. Institui a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal*: Seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 42.831, de 17 de dezembro de 2021. Aprova o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP. *Diário Oficial do Distrito Federal*: Seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Anuário de Segurança Pública: Distrito Federal: 2025. Brasília: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, 2025. Disponível em: https://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2025/06/Anuario_SSP-2025.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Plano Plurianual 2020–2023. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2024. Disponível em: https://homologacao.ssp.df.gov.br/documents/25642147/25658155/PPA_2020_2023_EIXO_SEGURANCA_PUBLICA.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 45.165, de 14 de novembro de 2023. Institui o programa vinculado ao Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social. *Diário Oficial do Distrito Federal*: Seção 1, Brasília, DF, 16 nov. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022–2031. Brasília, DF: 2021. Disponível em: <https://www.cbm.df.gov.br/plano-distrital-de-seguranca-publica-e-defesa-social-pdisp/>. Acesso em: 5 set. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Plano Estratégico: 2023–2025. Brasília, DF: 2022. Disponível em: <https://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2024/06/PLANO-ESTRATEGICO-SSP-2023.2025-versao-final-03.05.2024.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

DUARTE, H. A.; QUADRADO, J. C. "A gestão integrada da segurança pública no Rio Grande do Sul à luz da Constituição Federal de 1988: um olhar a partir dos Planos Nacionais e do Programa RS Seguro". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 18(1), 30–47, 2024.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social. Anuário Estadual da Segurança Pública – Edição 2025. Vitória: SESP, 2025. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Media/Sep/estadopresente/publicacao/Anu%C3%A1rio%20Estadual%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%ABlica%20-%202025.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

ESPOSTI, M. D. et. al. Effects of the Pelotas (Brazil) Peace Pact on violence and crime: a synthetic control analysis. *The Lancet Regional Health*, 19(100447), 2023. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(23\)00021-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(23)00021-2/fulltext). Acesso em: 5 set. 2025.

FELTRAN, G. et al. “Lei do desmanche, PCC e mercados”. *Tempo Social*, 35(1), pp. 17–43, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/07/anuario-2025.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. A experiência do projeto de recuperação de celulares no Piauí. São Paulo: FBSP, [s.d.]. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/a-experiencia-do-projeto-de-recuperacao-de-celulares-no-piaui/>. Acesso em: 5 set. 2025.

IBGE. Plataforma Geográfica Interativa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (PGI-ODS) – Indicador 16.1.1: Taxa de homicídios. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/home>. Acesso em: 1 jul. 2025.

INSTITUTO CIDADE SEGURA. Pacto Pelotas pela Paz – Cartilha. Pelotas: Instituto Cidade Segura, 2021. Disponível em: https://institutocidadesegura.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Pacto-Pelotas-pela-Paz_CARTILHA.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

INSTITUTO CIDADE SEGURA. Instituto Cidade Segura é contratado para auxiliar na elaboração do novo Pacto Niterói contra a Violência 2025–2030. Niterói: Instituto Cidade Segura, 2025. Disponível em: <https://institutocidadesegura.com.br/noticias/instituto-cidade-segura-e-contratado-para-auxiliar-na-elaboracao-do-novo-pacto-niteroi-contra-a-violencia-2025-2030/>. Acesso em: 5 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Atlas da Violência 2024. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Atlas da Violência 2025. Brasília: Ipea, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da Violência 2018. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/49/atlas-da-violencia-2018>. Acesso em: 5 set. 2025.

INSTITUTO SOU DA PAZ. Balanço da Gestão Pública da Segurança. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://soudapaz.org/documentos/balanco-das-politicas-de-gestao-para-resultados-na-seguranca-publica-2023/>. Acesso em: 5 set. 2025.

MACEDO, A. O. "Polícia, quando quer, faz!": análise da estrutura de governança do "Pacto pela vida" de Pernambuco. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, UnB, 2012.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Contrato de Gestão. Disponível em: <https://www.ms.gov.br>. Acesso em: 5 set. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Relatório de Avaliação do Contrato de Gestão da Segurança Pública. Campo Grande: SEJUSP, 2022.

MATO GROSSO (ESTADO). Secretaria de Estado de Segurança Pública. Gabinete de Gestão Integrada Estadual – GGI-E. Disponível em: <https://www.sesp.mt.gov.br>. Acesso em: 5 set. 2025.

MATO GROSSO (ESTADO). Secretaria de Estado de Segurança Pública. Plano Estratégico da Câmara Temática de Defesa da Mulher do Estado de Mato Grosso (2021-2030). Cuiabá: SESP-MT, 2021.

MINAS GERAIS (ESTADO). Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Minas Gerais apresenta redução de 57% de homicídios em territórios atendidos pelo programa Fica Vivo. Belo Horizonte: SEJUSP, 2024. Disponível em: <https://www.seguranca.mg.gov.br/index.php/noticias/minas-gerais-apresenta-reducao-de-57-de-homicidios-em-territorios-atendidos-pelo-programa-fica-vivo>. Acesso em: 5 set. 2025.

MINAS GERAIS (ESTADO). Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Portfólio de Prevenção Social à Criminalidade 2023. Belo Horizonte: SEJUSP, 2023. Disponível em: https://www.seguranca.mg.gov.br/images/o_planilhas-e-pdfs/prevencao/documentos/portfolio-prevencao_social_criminalidade_2023.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

MUGGAH, R. Stability. International Journal of Security and Development, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <https://stabilityjournal.org/>. Acesso em: 5 set. 2025.

NASCIMENTO, I. D. L. D. L., & Moreira, G. C. Reduzindo os incentivos da receptação: Lei dos Desmanches e o roubo e furto de veículos no estado de São Paulo. Economic Analysis of Law Review, 12(3), 76-93, 2021.

NEXO JORNAL. Como o Piauí diminuiu número de roubo e furto de celular. São Paulo: Nexo Jornal, 13 ago. 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/08/13/como-o-piaui-diminuiu-numero-de-roubo-e-furto-de-celular>. Acesso em: 5 set. 2025.

OLIVEIRA, V. S. Nosso pacto é pela vida? Violência de Estado, encarceramento em massa e a política de segurança pública cidadã. 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. PB Unida Law Compilation. Nova Iorque: ONU, 2018. Disponível em: https://publicadministration.un.org/unpsa/Portals/0/UNPSA_Submitted_Docs/2018/7351CE9B-gF4D-4C56-A5A8-B6058D8459B8/PB_Unida_Law_Compilation.pdf?ver=2018-02-19-123038-887. Acesso em: 5 set. 2025.

PERNAMBUCO (ESTADO). Pacto pela vida: plano estadual de segurança pública, 2007. Disponível em: https://www.seres.pe.gov.br/index/pacto_pela_vida.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2010.

PERNAMBUCO (ESTADO). Secretaria de Planejamento e Gestão. Coleção Cadernos de Boas Práticas de Gestão: Pacto pela Vida. Volume V. Recife: Secretaria de Planejamento e Gestão, 2014.

PERNAMBUCO (ESTADO). Secretaria de Planejamento e Gestão. Prêmio Anual da COPLAC – GPRD do BID: Pacto Pela Vida. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2014. Disponível em: <https://www.comissao-daverdade.pe.gov.br/index.php/premio-anual-da-coplac-gprd-do-bid-ppv-1-pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

RATTON, J. L.; DAUDELIN, J. D. "Construction and deconstruction of a homicide reduction policy: the case of pact for life in Pernambuco, Brazil." International Journal of Criminology and Sociology 7, n. 4, pp. 173-183, 2018.

REDE JUNTOS; COMUNITAS. A construção de um Observatório de Prevenção à Violência: a experiência de Caruaru. São Paulo: Comunitas, 2023. Disponível em: <https://redejuntos.org.br/plataforma/wp-content/uploads/2023/12/Comunitas-Cartilha-Observatorio-de-Prevencao-a-Violencia.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). Casa Civil. Civitas. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://casacivil.prefeitura.rio/civitas/>. Acesso em: 5 set. 2025.

RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). Centro de Operações Rio. "História". Rio de Janeiro: COR, [s.d.]. Disponível em: <https://cor.rio/historia/>. Acesso em: 5 set. 2025.

RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). Prefeitura. "Prefeitura do Rio expande Civitas, que terá 20 mil câmeras até 2028". Rio de Janeiro, 2024. Disponível em <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-do-rio-expande-civitas-que-tera-20-mil-cameras-ate-2028/#:~:text=A%20Prefeitura%20do%20Rio%20anunciou,urbano%20de%20vigil%C3%A2ncia%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 5 set. 2025.

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO). Secretária de Segurança Pública. "Programa RS Seguro: programa transversal e estruturante de segurança pública e defesa social". Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.rs.gov.br/carta-de-servicos/servicos?servico=2274>. Acesso em: 5 set. 2025.



Atribuição – NãoComercial – Compartilha Igual 4.0 Brasil (CC BY-NC-SA 4.0 BR)

Tem o direito de:

Compartilhar – reproduzir, distribuir e transmitir o trabalho.

Remisturar – adaptar o trabalho De acordo com as seguintes condições:



Atribuição – Tem de fazer a atribuição do trabalho, da maneira estabelecida pelo autor ou licenciante (mas sem sugerir que este o apoia, ou que subscreve o seu uso do trabalho).



NãoComercial – Não pode usar este trabalho para fins comerciais.



CompartilhaIgual – Se alterar ou transformar este trabalho, ou criar um trabalho baseado neste trabalho, só pode distribuir o trabalho resultante licenciando-o com a mesma licença ou com a uma licença semelhante a esta.

No entendimento de que:

Renúncia – Qualquer uma das condições acima por ser renunciada pelo titular do direito de autor ou pelo titular dos direitos conexos, se obtiver deste uma autorização para usar o trabalho sem essa condição.

Domínio Público – Quando a obra ou qualquer dos seus elementos se encontrar no domínio público, nos termos da lei aplicável, esse estatuto não é de nenhuma forma afetado pela licença.

Outros Direitos – A licença não afeta, de nenhuma forma, qualquer dos seguintes direitos:

Os seus direitos de “uso legítimo” (fair dealing ou fair use) concedidos por lei, ou outras exceções e limitações aplicáveis ao direito de autor e aos direitos conexos;

Os **direitos morais** do autor;

- Direitos de que outras pessoas possam ser titulares, quer sobre o trabalho em si quer sobre a forma como este é usado, tais como os **direitos de publicidade** ou direitos de privacidade.

AVISO – Em todas as reutilizações ou distribuições, tem de deixar claro quais são os termos da licença deste trabalho. A melhor forma de fazê-lo é colocando um link para esta página.

Fale com a Comunitas!

contato@comunitas.org.br

Siga nossos sites e mídias sociais!



comunitas.org.br



[@comunitasbr](https://www.instagram.com/comunitasbr)



redejuntos.org.br



[@plataformaredejuntos](https://www.instagram.com/plataformaredejuntos)



ISBN: 978-85-89303-11-8

CD



9 788589 303118



Comunitas